ATUALIDADES

Economia

Depois de sustos ao longo do plano real, dívida pública está sob controle

04/07/2014

Especialistas descrevem razões para, depois de disparar nas crises de 1998 e 2002, endividamento do governo federal cair pela metade na última década e país ter passado de devedor a credor externo

Brasília – O que faz uma pessoa física que precisa honrar compromissos urgentes, mas não tem recursos? Pega dinheiro emprestado e se endivida com juros. Com o governo, o processo é parecido, porém mais complexo. O Tesouro Nacional emite títulos e se compromete a devolver o dinheiro com alguma correção anos mais tarde, aumentando a dívida pública.

Responsável por provocar momentos de susto nas contas públicas brasileiras nos 20 anos de Plano Real, a dívida pública está sob controle nos últimos anos. Depois de ter disparado nas crises cambiais de 1998 e 2002, o endividamento do governo caiu na última década, beneficiado pela melhoria no perfil e pelo fato de o país ter passado de devedor a credor externo.

Nos primeiros anos após a criação do Plano Real, o Brasil tinha a maior parte da dívida interna atrelada ao câmbio e aos juros básicos da economia. Segundo o professor Francisco Lopreato, da Universidade de Campinas (Unicamp), especialista em política fiscal, entre 1999 e 2002, cerca de 95% da dívida mobiliária – em títulos – interna estavam corrigidos pelos juros básicos (60%) e pelo dólar (35%).

Esse tipo de composição foi fatal para o Brasil nas crises da Ásia, da Rússia e de 2002. A disparada do dólar multiplicou a dívida em reais atrelada ao câmbio. Para tentar segurar a cotação e atrair capitais estrangeiros, o Banco Central teve de aumentar os juros, o que impactou os títulos vinculados à taxa Selic – juros básicos da economia.

O efeito sobre as contas públicas foi perverso. Em 2002, a dívida líquida do setor público, que considera tudo o que o setor público tem a pagar e a receber, chegou a saltar para 60% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país). “Foi a pior combinação pela qual o Brasil poderia passar naquele momento. A ancoragem do dólar forçou o aumento dos juros e aumentou o endividamento do país”, recorda Carlos Eduardo Freitas, diretor do Banco Central por duas vezes, entre 1985 e 1988 e de 1999 a 2003.

Segundo Freitas, também contribuiu para a alta da dívida pública na primeira fase do Plano Real o reconhecimento, pelo governo federal, de esqueletos econômicos, débitos resultantes de planos econômicos antigos. Além disso, a renegociação das dívidas dos estados e o Proer, programa de ajuda aos bancos que quebraram após o Plano Real, impulsionaram o endividamento federal.

Atualmente, apenas 10% da dívida estão atrelados aos juros; e 10%, ao câmbio, considerando as vendas de dólares no mercado futuro feitas pelo Banco Central. Para Lopreato, o trabalho de gerenciamento da dívida pública a partir de 2003, que privilegiou a troca dos títulos atrelados aos juros e ao câmbio por papéis prefixados – com taxas determinadas antecipadamente – e corrigidos pela inflação, diminuiu a vulnerabilidade do país. Atualmente, a dívida líquida do setor público está em 34% do PIB.

Outro fator que contribuiu para a redução da dívida líquida ocorreu em 2006, quando o Brasil passou de devedor a credor externo. O Brasil virou credor ao acumular reservas internacionais, hoje em torno de US$ 380 bilhões, em montante superior à dívida externa (pública e privada), atualmente em US$ 326 bilhões.

“Para quem se lembra da crise da dívida externa dos anos 80 e dos acordos com o Fundo Monetário Internacional até 2004, essa é nossa maior vitória”, diz Lopreato. “Agora, quando o dólar dispara, como aconteceu no ano passado, a dívida líquida cai porque as reservas internacionais superam o endividamento externo”, explica.

Apesar de estar sob controle, a dívida pública tem sido pressionada nos últimos anos pelas ajudas do Tesouro Nacional aos bancos públicos. Desde 2009, o Tesouro emitiu cerca de R$ 300 bilhões em títulos públicos para aumentar o capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A operação não tem impacto na dívida líquida, mas aumenta a dívida bruta do governo.

O reforço permite que a instituição empreste mais ao setor produtivo e estimule investimentos, mas a ajuda oficial divide a opinião de economistas. “De fato, os aportes para o BNDES aumentaram a dívida bruta, mas o impacto é relati-

vamente pequeno. As emissões são importantes para ampliar os investimentos e ajudar a economia", diz Lopreato. "Essas ajudas só provocam inflação e não têm impacto sobre o total de investimentos. O empresário, na prática, apenas deixa de usar os próprios recursos e investe com empréstimos a juros baixos concedidos pelo governo", critica Freitas

A atual equação problemática da economia brasileira

Marcus Pestana

www.otempo.com.br/.../a-atual-equação-problematica-da-economia-bras

O Brasil patina num quadro econômico que, se não é dramático como os da Venezuela e da Argentina, deixa um horizonte nebuloso e povoa de interrogações o futuro do país.

Baixo crescimento, produtividade insuficiente, empregos de baixa qualidade, competitividade ladeira abaixo, taxa de investimento raquítica, inflação alta, desindustrialização clara, alta taxa de juros, deterioração do equilíbrio fiscal e do setor externo, ambiente regulatório instável, baixa credibilidade da política econômica, tudo isso resultando em ambiente adverso junto aos investidores.

Esse cenário, nem o mais otimista pronunciamento da presidente Dilma, nas abusivas redes nacionais de rádio e TV, podem negar.

O sintoma mais claro e recente foi o fracasso do leilão da maior reserva brasileira de petróleo do pré-sal, o campo de Libra, onde apenas um consórcio, induzido pela Petrobras, participou sem oferecer nenhum ágio.

O intervencionismo desorganizador de Dilma e seu governo está presente no setor elétrico, no setor de açúcar e álcool, na penúria de Estados e municípios, na frustrada aventura de diversos "campeões globais", especialmente Eike Batista, que com sua falência contribuiu para alimentar ainda mais as expectativas negativas em relação ao Brasil. Enquanto isso, setores importantes como o café clamam por uma política nacional que os fortaleça.

Nenhuma das reformas estruturais necessárias foi adiante. A falta de traquejo de nossa presidente para liderar um ousado programa de reformas deixa um vácuo insuportável. O Brasil vem perdendo oportunidades e deixou de usufruir do melhor momento do cenário internacional. Quando a liquidez internacional for enxugada, a China desacelerar e o fluxo de capitais voltar-se para os Estados Unidos e a Europa, poderemos viver graves problemas.

Foi esse quadro que levou as intenções de voto da presidente Dilma despencar de 58% para 30%, após as manifestações de junho do ano passado. Os fatores preponderantes foram a inflação, principalmente nos alimentos, o alto endividamento das famílias pressionando o padrão de vida conquistado e a falta de empregos de melhor qualidade que ofereçam às pessoas a perspectiva do próximo passo. A pequena melhoria das intenções de voto de Dilma para o patamar de 38% a 40% se deve ao confronto com Obama na questão da espionagem e ao Mais Médicos. É pouco para quem tem uma poderosa máquina de comunicação em ação, quase 100% de conhecimento e enfrenta adversários experientes e habilidosos, mas pouco conhecidos.

Não estamos longe das eleições de 2014, mas a maioria da população não está preocupada com isso. É hora de as forças oposicionistas concentrarem seus esforços na discussão de um ousado projeto para o país que passe pelo corajoso enfrentamento de nossos atuais gargalos e pelas reformas necessárias.

O Brasil não está condenado a viver eternamente este voo de galinha, com crescimento médio de 2%. É preciso mudar o rumo.

Investiremos US$100 bilhões na indústria naval brasileira

22.Abr.2014

http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/i

Com a perspectiva de dobrar a produção de petróleo até 2020, investiremos US$100 bilhões na indústria naval brasileira entre 2012 e 2020. O total de encomendas no período será de 28 sondas, 49 navios e 146 barcos de apoio, 61 destes já estão em construção e 26 já entregues. A previsão é de contratação dos restantes 59 barcos de apoio até outubro, o que totalizará as 146 novas embarcações.

Além dessas encomendas, serão contratadas também 38 plataformas de produção, que contribuirão para elevar a nossa produção de petróleo para 4,2 milhões barris por dia em 2020. O reaquecimento da indústria naval alavanca também outros segmentos da indústria, como os de máquinas, equipamentos pesados, caldeiraria, elétrica e automação. O conteúdo nacional dessas obras varia de 55 a 75%, índice relevante para uma indústria que retomou sua capacidade de realização a partir de 2003.

Desde a construção no país das plataformas P-51 e P-52, há dez anos, nossas demandas foram responsáveis pelo grande avanço da indústria naval nacional e pelo desenvolvimento econômico de diferentes regiões do país. Em 2003, o setor empregava 7.465 pessoas no Brasil e hoje emprega mais de 75 mil, reflexo do aumento da produção de petróleo e investimento em logística e distribuição. Até 2017, serão gerados mais 25 mil novos empregos, segundo estimativa do SINAVAL (Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore).

Odebrecht investirá US$ 8,1 bilhões no México em cinco anos

01/10/2013
economia.uol.com.b

México, 1 out (EFE).- A presidência do México informou nesta terça-feira que o grupo Odebrecht investirá no país um "montante de aproximadamente US$ 8,1 bilhões nos próximos cinco anos", gerando assim cerca de 20 mil empregos direitos e outros 60 mil indiretos.

Os recursos, dos quais US$ 1,8 bilhão já foi utilizado no "desenvolvimento de estudos e projetos", serão destinados aos setores de "petroquímica, saneamento, energia hidráulica renovável, produção de etanol, açúcar e biomassa e em concessões de estradas", segundo um comunicado divulgado pelo governo.

O presidente do grupo, o empresário Marcelo Odebrecht, fez o anúncio dos investimentos em um encontro com o presidente do México, Enrique PeñaNieto, que ressaltou o interesse em "contar com investimentos produtivos que gerem empregos e melhores condições de vida para os mexicanos".

A Odebrecht, por sua parte, explicou que "a perspectiva é gerar cerca de 20 mil empregos diretos e outros 60 mil indiretos no ano 2016", acrescenta o comunicado da Presidência.

O grupo Odebrecht é uma organização integrada por negócios diversificados especializados em engenharia e construção, em investimentos em infraestrutura e energia, em indústria e em instituições auxiliares.

Após uma primeira etapa como construtora em 1981, a Odebrecht atualmente é uma das maiores empresas de construção civil na América Latina, onde está presente em países como Argentina, Bolívia e Panamá, além disso do México, EUA e algumas nações do Oriente Médio.

Segundo o site do grupo, Odebrecht S.A. tinha um patrimônio líquido equivalente a US$ 8,4 bilhões em 2012 e ativos totais equivalentes a US$ 59,4 bilhões.

O resultado operacional bruto (Ebitda) de 2012 foi de US$ 4 bilhões. O grupo perdeu no ano passado R$ 1,5 bilhão como resultado do efeito contábil da variação cambial (líquida), principalmente da Braskem, uma de suas companhias

Dilma tem 35%, Marina, 34%, e Aécio, 14%, diz pesquisa Datafolha

03/09/2014

Em simulação de 2º turno, vantagem de Marina passa de 10 para 7 pontos.

Instituto ouviu 10.054 eleitores dos dias 1 a 3, de segunda a quarta.

Pesquisa Datafolha divulgada nesta quarta-feira (3) aponta os seguintes percentuais de intenção de voto na corrida para a Presidência da República:

- **Dilma Rousseff (PT):** 35%
- **Marina Silva (PSB):** 34%
- **Aécio Neves (PSDB): 1**4%
- **Pastor Everaldo (PSC):** 1%
- **Eduardo Jorge (PV):** 1%
- **Luciana Genro (PSOL):** 1%
- **José Maria (PSTU):** 1%
- **Rui Costa Pimenta (PCO):** 0%*
- **Eymael (PSDC):** 0%*
- **Levy Fidelix (PRTB):** 0%*
- **Mauro Iasi (PCB):** 0%*
- **Branco/nulo/nenhum:** 6%
- **Não sabe:** 7%

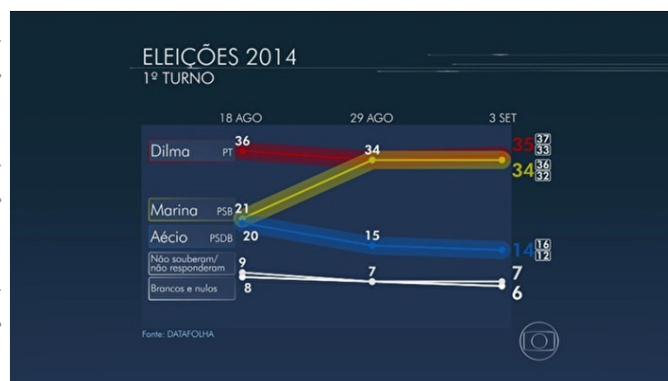
** Cada um dos quatro indicados com 0% não atingiu 1% das intenções de voto; somados, eles têm 1%*

No levantamento anterior do instituto, divulgado no dia 29 de agosto, Dilma tinha 34%, Marina, 34%, e Aécio, 15%.

O levantamento indica que, em um eventual segundo turno entre Dilma e Marina, a candidata do PSB venceria a do PT por 48% a 41% (na semana passada, venceria por 50% a 40%). Na simulação de segundo turno entre Dilma e Aécio, a petista venceria por 49% a 38% (na semana anterior, era 48% a 40%).

Pela primeira vez, o instituto fez uma simulação entre Marina e Aécio. O resultado foi 56% a 28% para a candidata do PSB.

A pesquisa foi encomendada pela TV Globo e pelo jornal "Folha de S.Paulo".

O Datafolha ouviu 10.054 eleitores em 361 municípios entre 1 e 3 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%. Isso significa que, se forem realizados 100 levantamentos, em 95 deles os resultados estariam dentro da margem de erro de dois pontos prevista.

Política

Eduardo Campos morre em acidente de avião no litoral paulista

13/08/2014

Candidato do PSB à Presidência da República, político pernambucano de 49 anos foi governador por dois mandatos e ministro da Ciência e Tecnologia no primeiro mandato de Lula. Aeronave caiu em Santos.

São Paulo – O candidato do PSB à Presidência da República, Eduardo Campos, morreu hoje (13) em um acidente de avião em Santos, no litoral paulista. A aeronave modelo Cessna 560 XL Citacion, prefixo PR-AFA, caiu por volta das 10h depois de arremeter na primeira tentativa de pouso. Todos os cinco passageiros e dois tripulantes morreram, entre eles o fotógrafo oficial da campanha e o assessor de imprensa de Campos. A candidata a vice na chapa, Marina Silva, da Rede Sustentabilidade, não estava a bordo.

O Comando da Aeronáutica informou em nota que a aeronave decolou do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, com destino ao aeroporto de Guarujá (SP). De acordo com a Infraero, a aeronave deixou solo carioca às 9h21. Quando se preparava para pouso, no litoral paulista, o avião arremeteu devido ao mau tempo. Em seguida, o controle de tráfego aéreo perdeu contato com o piloto. A Aeronáutica já iniciou investigações para apurar as causas do acidente.

A presidenta Dilma Rousseff se disse "tristíssima" com o ocorrido e decretou luto oficial de três dias. Ela também suspendeu a campanha por três dias e cancelou a entrevista marcada para hoje à noite no *Jornal Nacional* e na *Globo News*.

Além de Campos, faleceram no acidente os pilotos Geraldo da Cunha e Marcos Martins, o ex-deputado federal, Pedro Valadares Neto, o cinegrafista Marcelo Lira, o fotógrafo Alexandre Gomes e Silva e o assessor de imprensa da campanha Carlos Augusto Leal Filho.

O vice-presidente da república, Michel Temer, afirmou em nota que está chocado com o acidente ."Não há palavras para descrever a tragédia que hoje se abateu sobre a política brasileira. Eduardo Campos era um político de princípios e valores herdados de sua família e levados com dignidade e honra por toda sua trajetória no Parlamento e no Executivo."

O candidato ao governo de São Paulo pelo PMDB, Paulo Skaf, afirmou em nota que o Brasil perdeu "um grande estadista, um homem público da maior qualidade, que exerceu a política com competência, honestidade e dedicação". Ele se solidarizou com a família e com o povo pernambucano e lembrou que há cinco anos iniciou sua trajetória política no PSB. "Eu perdi um amigo, com quem tive a honra de conviver. Eduardo Campos foi um dos incentivadores de meu ingresso na política."

Eduardo Campos nasceu em Recife, em 10 de agosto de 1965 e deixa a esposa, Renata Campos, e cinco filhos: Maria Eduarda, João Henrique, Pedro Henrique, José Henrique e Miguel. Era filho do poeta e cronista Maximiano Campos e neto do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, cassado durante o golpe de estado de 1964.

Campos formou-se em economia pela Universidade Federal de Pernambuco em 1985. Participou da campanha de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco em 1986 e, com a vitória do avô, passou a atuar como chefe de gabinete e organizou a criação da primeira Secretaria de Ciência e Tecnologia do estado.

Filiou-se ao PSB em 1990 e foi eleito deputado estadual no mesmo ano. Disputou sua primeira eleição majoritária em 1992 para prefeitura de Recife, ficando em quinto lugar. Foi deputado federal por Pernambuco por três mandatos consecutivos, entre 1994 e 2007. Em 2004, foi nomeado ministro da Ciência e Tecnologia no primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Em 2005, assumiu a presidência nacional do PSB.

Foi governador de Pernambuco por dois mandatos consecutivos (2007-2014), com apoio de Lula. Foi reeleito com 82% dos votos em 2010. Em setembro do ano passado, liderou o afastamento do PSB do governo Dilma, com a entrega de todos os cargos na gestão.

Em entrevista ao *Jornal Nacional*, da *TV Globo*, na noite de ontem (12), Campos disse que o afastamento já vinha ocorrendo desde de 2012 e que se deu porque o PSB não acreditava mais no governo petista. "Esse governo é o único governo que vai entregar o Brasil pior do que recebeu".

Deixou o governo do estado em abril deste ano, para disputar a presidência da República, tendo como vice a ex-senadora Marina Silva, da Rede Sustentabilidade.

Alckmin diz que é preciso parar de falar mal da polícia e nega falsificação de provas

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, governador de São Paulo atenua acusações de abuso. Ele afirmou também que vê 'muita exploração política' em torno da crise do abastecimento de água

04/08/2014

São Paulo – Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* hoje (4), o governador Geraldo Alckmin, candidato do PSDB à reeleição em São Paulo, defendeu a polícia estadual, acusada por movimentos sociais e organizações ligadas aos direitos humanos de agir com brutalidade tanto para reprimir manifestações como em sua atuação cotidiana nas regiões mais pobres. "Precisamos parar de falar mal da polícia. A polícia tem agido com absoluto profissionalismo. A orientação é garantir o direito de manifestação, a integridade dos manifestantes, isso é sagrado", afirmou. "Agora, vandalismo, depredação, pessoas que se escondem atrás de máscara para destruir patrimônio, aí não. Isso é intolerável."

Sobre o estudante e funcionário da Universidade de São Paulo Fábio Hideki Harano, preso desde 23 de junho sob a acusação de associação criminosa, adeptos da tática blackbloc e porte de explosivos, ele disse que a polícia "tem agido com absoluto critério, garantindo o direito de manifestação". A RBA mostrou hoje que os resultados de duas perícias feitas por órgãos oficiais comprovaram que os materiais apreendidos com ele e com outro manifestante, Rafael Marques Lusvargh, não têm qualquer potencial de ferir.

"Infelizmente há infiltrados que começam a depredação. As pessoas acham que o governo prende e solta. Mas não temos o poder nem de prender nem de soltar. Tanto o trabalho da polícia foi bem feito que a Justiça não soltou", avaliou. "Por que a polícia plantaria provas contra alguém? Os trabalhos da polícia são documentados. O trabalho da polícia é monitorado."

Questionado sobre a violência policial, particularmente contra pobres e negros na periferia, o governador deu uma resposta genérica. "Os policiais são preparados, têm aula, respeito aos direitos humanos", garantiu. "Temos 120 mil policiais. Se alguém comete um abuso vai ser punido, é a minoria, mas a corregedoria é extremamente atuante."

Segundo balanço da Ouvidoria da própria polícia estadual, o número de denúncias de homicídios cometidos pelas polícias Militar e Civil no primeiro semestre de 2014 é 80,5% maior do que no mesmo período do ano passado. Até junho de 2014, foram 296 denúncias, contra 164 no mesmo período de 2013.

Ao ser indagado sobre as ações policiais contra jornalistas e, especificamente, a respeito das apurações sobre o caso do repórter fotográfico Sérgio Silva, que perdeu um olho ao ser atingido por um tiro de borracha nas manifestações de junho do ano passado, o governador saiu pela tangente. "Posso verificar. Todos os casos são apurados. Qualquer abuso que ocorra é apurado."

O Brasil que funciona

Casos exemplares mostram como a boa gestão pública pode mudar a vida dos brasileiros – e premiar os bons políticos

José Fucs
29/04/2014

Festa escolar
Micro-ônibus de creche em Sarandi, Rio Grande do Sul.
Não é preciso ser grande para governar bem
(Foto: Ricardo Jaeger/ÉPOCA)

Às vésperas de mais uma campanha eleitoral, a imagem dos políticos não poderia ser pior. Associados a mordomias, bandalheiras, promessas vazias e governos ineptos, eles aparecem sempre em último lugar nas pesquisas que avaliam a confiança da população nas autoridades e instituições. Em junho de 2013, quando as multidões foram às ruas protestar contra "tudo isso que está aí", esse sentimento de aversão aos políticos e aos partidos, aliado a uma insatisfação geral com a qualidade indecente dos serviços públicos, tornou-se ainda mais evidente. Felizmente, uma nova linhagem de políticos, mais voltada para a administração que para a politicagem, vem ganhando espaço. Ainda é um grupo pequeno, para as dimensões do Brasil. É composto, se tanto, de meia dúzia de governadores e meia centena de prefeitos, além de seus auxiliares diretos e um ou outro político de Brasília. Juntos, eles promovem uma transformação extraordinária, talvez a mais profunda de que se tem notícia no Brasil contemporâneo. "A definição das políticas é importante, mas não é suficiente", diz Diana Farrell, líder do Centro para Governo McKinsey, com sede em Washington, nos Estados Unidos. "Muitos desafios têm mais a ver com um governo bom e eficaz na prestação de serviços à população."

É justamente isso que esses novos governantes têm feito. Com o uso das ferramentas básicas da gestão empresarial, eles mostram que é possível governar com seriedade e transparência e promover o desenvolvimento sem maltratar o dinheiro dos contribuintes. Os resultados podem ser observados não apenas nas contas públicas – o ponto de partida para conquistas mais ambiciosas –, mas também na melhoria da qualidade de serviços essenciais, como educação, saúde, segurança e transporte. “Há uma nova geração de políticos que pensam como executivos e valorizam a gestão”, diz Vicente Falconi, especialista em gestão pública e consultor de governos interessados em ganhar eficiência. “Não tenho a menor dúvida de que o setor público tem condições de ser tão eficiente quanto a iniciativa privada.”

Em Salvador, um hospital público que parece privado

Com a implantação do novo modelo de gestão, já adotado em outros países, como Inglaterra, Estados Unidos, Canadá e Cingapura, uma linguagem antes restrita ao mundo dos negócios se populariza também na esfera estatal no país. Termos como planejamento estratégico, meritocracia, metas, monitoramento e avaliação de desempenho passaram a fazer parte do dia a dia de várias administrações. O pagamento de bônus por produtividade se tornou uma realidade. Em vez de políticas erráticas, para apagar um incêndio aqui e outro ali, alguns governantes agora levam em conta objetivos de longo prazo e seguem planos detalhados para alcançá-los. Também ganhou popularidade o repasse de vários serviços públicos ao setor privado, como a gestão de estradas, cadeias, estádios de futebol e até hospitais, por meio das parcerias público-privadas, as PPPs. “Para atender à demanda social, nem todo o PIB (*Produto Interno Bruto, a soma de toda a riqueza produzida no país*) seria suficiente. Então, é preciso aprender a gerenciar a escassez com mais eficiência”, afirma o empresário Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho de Administração do grupo Gerdau e da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, ligada ao governo federal. Gerdau está envolvido com a melhoria de gestão pública desde o início dos anos 2000, quando fundou o Movimento Brasil Competitivo (MBC), para colaborar com iniciativas do gênero.

Jorge Gerdau: “O Brasil tem de mudar para não ficar para trás”

É verdade que o novo modelo não está imune a problemas. Mas os avanços são palpáveis. “Quando você olha o setor público como um todo, ainda há grandes territórios de caos”, afirma a advogada Flavia Pereira, sócia no Brasil da McKinsey, uma das principais empresas globais de consultoria, envolvida em projetos de gestão com vários governos. “Ao mesmo tempo, há experiências interessantes e inovadoras, ilhas de excelência que a gente usa como exemplo em outros lugares do mundo.”

Os exemplos inspiradores pipocam em todo o país. Até mesmo no governo federal, mais atrasado, há mudanças em andamento. Nos últimos três meses, ÉPOCA mergulhou no assunto e foi conhecer de perto alguns dos casos mais representativos da nova mentalidade que prospera no país. Ouviu políticos, empresários, sindicalistas, consultores do Brasil e do exterior e cidadãos comuns. No total, foram mais de 50 entrevistas, incluindo ministros, governadores, prefeitos e secretários estaduais e municipais. O resultado será apresentado numa série de reportagens e se estenderá pelas próximas semanas, com a publicação de casos que mostram como o novo modelo de gestão muda o dia a dia do cidadão. Escolhemos exemplos de diversos partidos, prova de que as boas práticas de gestão independem de coloração ideológica.

Agora, apresentamos em detalhes como o governo do petista Jaques Wagner, da Bahia, melhorou a qualidade do atendimento com a concessão de um hospital à iniciativa privada. Depois, mostraremos como Pernambuco reduziu o número de homicídios e latrocínios. “Como os resultados não vêm de um ano para o outro, tivemos de perseverar para ver o outro lado da margem”, diz o ex-governador pernambucano e pré-candidato à Presidência pelo PSB,Eduardo Campos. Em seguida, revelaremos o segredo de Minas Gerais para dar um salto na educação. “Não é tarefa para uma geração, é um processo, mas já começamos”, afirma o governador Antonio Anastasia, coordenador do programa do senador e pré-candidato do PSDB, Aécio Neves. No município do Rio de Janeiro, cujo prefeito é Eduardo Paes, do PMDB, o destaque será a adoção da meritocracia e da gestão de contas públicas. Na pequena cidade de Sarandi, no Rio Grande do Sul, administrada pelo PP, o foco serão as creches, abertas 12 meses por ano, que oferecem às crianças transporte gratuito com acompanhantes. No Ministério dos Transportes, comandado pelo baiano César Borges, do PR, o destaque será a gestão de projetos de infraestrutura. Outros casos darão sequência à série. “A gestão só faz sentido pleno quando entendida como instrumento de bem-estar social e não só como ferramenta para promover ajuste fiscal”, diz o economista Otaviano Canuto, assessor sênior do Banco Mundial. “No Brasil, ao longo da nossa história, temos tido muito governo e pouca administração”, diz Anastasia. “A alta condução dos negócios públicos tem de ter raízes ideológicas, mas a administração deve ser mais técnica e racional, para impulsionar as decisões políticas.”

A popularidade dos governantes que abraçaram o novo modelo de gestão desperta o interesse e o ciúme de adversários e até de aliados. Quem vê o sucesso do vizinho acaba querendo fazer igual. “Boa gestão dá voto. Aqueles que entregam o que prometem é que conseguem se reeleger hoje”, diz o cientista político Luiz Felipe d’Avila, presidente do Centro de Liderança Pública (CLP), que prepara líderes políticos para mudanças na gestão e melhorias nos serviços públicos. “O povo percebe quando o governante fez muito com poucos recursos”, afirma Falconi. “A mãe começa a ver a escola do filho melhorar, o hospital atender melhor, menos ladrão na rua. O povo percebe, como percebe o contrário também. Ninguém é besta.”

Falconi diz que, no primeiro mandato de Lula, foi convidado por Gerdau para acompanhá-lo numa viagem a Brasília, para encontrar o presidente na Granja

do Torto. Estavam lá também os então ministros José Dirceu, da Casa Civil, Antonio Palocci, da Fazenda, e Luiz Furlan, do Desenvolvimento. A certa altura, segundo Falconi, Lula disse a Gerdau, com sua voz rouca: "Oh, Jorge, o que é esse negócio de gestão que você fala tanto?". Depois das explicações de Gerdau, Furlan, ex-presidente do Conselho de Administração da Sadia, também falou. Ainda de acordo com Falconi, Furlan realçou o trabalho do consultor e sua capacidade de promover mudanças na gestão e de obter resultados. Não demorou muito para Lula dar seu veredito. "Entendi, professor, pode começar amanhã. Porque aqui é o seguinte: eu dou as ordens e não acontece nada", afirmou Lula, segundo Falconi. "Esse negócio vai me ajudar a fazer as coisas acontecerem." Seguindo a determinação de Lula, Falconi fez alguns trabalhos para o governo federal. Ao final do segundo mandato, em 2010, o problema de execução persistia.

Muitos políticos acreditam que a capacidade de execução depende essencialmente de dinheiro. Ao contrário. Mais dinheiro nem sempre é indispensável para obter bons resultados. Dá para fazer muita coisa gastando nada ou quase nada. Falconi dá como exemplo um caso ligado à área de segurança no Estado do Rio de Janeiro, para o qual trabalhou. Depois de pesquisar os dados da segurança no Estado, diz ele, foi possível detectar que o maior gargalo estava nas penitenciárias. Apesar de toda a ineficiência da polícia, havia 50 mil mandados de prisão (é isso mesmo!) na rua. Só que eles não eram executados, porque não havia para onde mandar os presos. Falconi e sua equipe decidiram, então, visitar as penitenciárias fluminenses e analisar os casos dos presos um a um, para tentar liberar vagas. Com o apoio do Judiciário, de acordo com Falconi, foi possível liberar 6 mil vagas, com a soltura de gente que já cumprira a pena ou estava envolvida em casos menores. Com a Secretaria de Segurança, sua equipe fez um "pente-fino" na lista dos mandados de prisão e selecionou os 6 mil piores casos, pela ordem. As ordens de prisão começaram, então, a ser cumpridas. "O Estado não precisou gastar nada", diz Falconi. "Gestão é isso: poder tomar a decisão certa, em cima dos dados e dos fatos, usando o mínimo de recursos e tirando o máximo proveito deles."

Segurança

Carro de polícia na Praia de Boa Viagem, no Recife.
(Foto: Leo Caldas/ÉPOCA)

Os índices de criminalidade em Pernambuco despencaram.

Em geral, a capacidade de execução ou de "entrega", como dizem os consultores, fica comprometida, porque a máquina administrativa no Brasil está recheada de apadrinhados políticos em posições que deveriam ser essencialmente técnicas, ocupadas por funcionários de carreira. Só no governo federal há cerca de 25 mil cargos em comissão, que dependem de nomeação do Executivo. Calcula-se que, para a máquina ficar bem azeitada, o ideal seria cortar o número de cargos de confiança para no máximo 500. Abaixo do secretário-executivo de cada ministério, não haveria cargos em comissão, apenas técnicos de carreira.

Mauro Leos: "Terá de acontecer algo extremo para um rebaixamento do país"

Lula reclamou que suas ordens não iam adiante, mas pouco fez para cortar os cargos federais de confiança. Ao contrário, ele os ampliou. Preencheu cada vaga disponível com políticos da "base aliada", companheiros do PT e até com gente com quem mantinha apenas relacionamento pessoal. Em muitos casos, os "comissionados", como eles são chamados, não tinham – e não têm – nenhum conhecimento da área para a qual haviam sido indicados. Não é à toa que as ordens de Lula davam em nada – e é provável que isso explique também parte da inércia do governo Dilma. "Os países mais maturados conseguiram mexer nesse negócio. Muda o ministro, e ele leva só três ou quatro pessoas e não dezenas ou centenas de funcionários em cargos de confiança", diz Gerdau. "Pode levar tempo para a gente chegar lá, porque isso exige rupturas culturais. Tem de ser de forma gradativa. Mas o Brasil já tem exemplos de profissionalização no setor público: o Banco do Brasil, o BNDES, o Itamaraty, o Exército, a Embrapa, o Banco Central. O modelo está aí. Por que ele não pode ser replicado?"

A receita do bom gestor

As práticas que fazem diferença na administração pública

Planejamento

Em vez de políticas erráticas, sem estratégia clara, é importante definir os principais objetivos do governo e traçar um plano com ações e metas de curto, médio e longo prazo. Elas permitem cobrar resultados

Controle de gastos

O equilíbrio do Orçamento é a base de tudo. Só com o controle de despesas sobrará dinheiro para investir na melhoria dos serviços públicos, sem aumentar a dívida do governo

Soluções inovadoras

Como os recursos são limitados, é essencial buscar novas formas de atender às demandas sociais, antes de gastar em projetos mirabolantes. As parcerias público-privadas (PPP) ajudam a otimizar o dinheiro dos contribuintes e quase sempre permitem a oferta de serviços de melhor qualidade

Liderança

O envolvimento genuíno do governante em todas as etapas é essencial, para cobrar os resultados e mostrar que a nova política é para valer

Capacidade de entrega

Para ganhar velocidade na execução das políticas, é preciso estabelecer metas e valorizar os funcionários de carreira, que conhecem como a área funciona na prática

Meritocracia

A promoção e a progressão dos servidores na carreira devem levar em conta o mérito de cada um, em vez do tempo de serviço. Adotar um programa de bonificação ajuda a estimular os funcionários a alcançar suas metas

A receita do bom gestor

A mudança já começou em alguns Estados e municípios. Em Minas, Anastasia coordenou o choque de gestão no primeiro mandato de Aécio. No ano passado, já governador, ele anunciou um corte de 20% nos cargos comissionados, além da redução do número de secretarias (de 23 para 17) e de órgãos da administração indireta. Também em 2013, o governador Eduardo Campos enviou ao Legislativo um projeto que transforma 969 cargos comissionados, 27% do total, em postos destinados a servidores de carreira.

Ao mesmo tempo, os governantes que abraçaram a nova filosofia adotam a meritocracia, que premia os servidores de melhor desempenho. A política tradicional de remuneração parte da premissa de que todos têm igual desempenho. Em lugar disso, a nova política privilegia a remuneração variável e paga bônus por desempenho. No Rio, a prefeitura instituiu um "acordo de resultados", que prevê o pagamento de até dois salários a mais por ano aos servidores, se o órgão a que forem ligados cumprir as metas firmadas com o prefeito Paes. Segundo a prefeitura carioca, 83% dos servidores estavam incluídos no programa em 2013. A capacitação e o treinamento do funcionalismo também têm crescido, para ampliar o potencial de entrega do setor público. "No final, quem é decisivo é o pessoal da linha de frente", diz o britânico Ray Shostak, ex-diretor da Unidade de Gestão do Reino Unido, encarregada de monitorar a execução de mudanças nos serviços públicos, no mandato do ex-primeiro-ministro Gordon Brown. "Se quiser melhorar os resultados, você precisa criar um ambiente que capacite essas pessoas a ter as habilidades e a motivação necessárias e implementar a política certa em torno delas", afirma.

Norman Gall: "O Brasil tem de cair na real"

Sem liderança, é difícil engajar a turma e convencê-la de que o negócio é para valer. "A questão-chave é o comprometimento da liderança com os objetivos, com as metas e até com a cobrança", diz D'Avila, do CLP. "Muitas vezes, o prefeito ou o governador delega a cobrança e as coisas não saem. O sinal que passa é de que aquilo não é prioridade, mas meia prioridade."

É claro que há dificuldades. Os novos modelos de gestão contrariam interesses há muito sedimentados no setor público. Muitos sindicatos não aceitam a meritocracia, nem o sistema de gestão por resultados. Defendem a manutenção da isonomia salarial, que beneficia os mais improdutivos. Há greves, sabotagens, brigas políticas. Em Minas, o governo enfrentou uma greve de professores que durou 112 dias, quando alterou a política de remuneração dos servidores e introduziu a avaliação de desempenho em 2011. No Rio, não foi diferente. "É uma briga dura", afirma D'Avila. "Não há vitória na gestão se a gente não pensar em mortos e feridos na frente política."

Mia Couto: "O Brasil nos enganou"

Com as eleições, um fantasma começa a assombrar os governantes que adotaram o novo modelo de gestão – a descontinuidade administrativa. Como costuma acontecer no Brasil, quem ganha a eleição, principalmente se for de partido diferente, interrompe os projetos da gestão anterior e os substitui por outros que levem sua marca. Embora muitas mudanças adotadas nos últimos anos sejam positivas, na maioria dos casos basta uma canetada para que tudo vire história. "No Brasil, a descontinuidade das boas políticas públicas custa mais que qualquer escândalo de corrupção", diz D'Avila. "É o maior desastre, porque você perde o aprendizado, o acúmulo de erros e acertos, joga fora um conhecimento importante, em vez de aprimorar, mudar coisas pontuais."

Com tantas experiências inspiradoras Brasil afora, é desolador que elas possam se perder. Num país em que grande parte dos governantes está mais preocupada em nomear seus correligionários para se aproveitar do Estado, é sintomático que quem faça algo que preste muitas vezes não tenha proteção para sua obra. Fica a esperança – e a torcida – de que os novos governantes mantenham de pé o Brasil que funciona.

epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/04/o-brasil-que-funciona

O que será do "mensalão tucano"?

Henrique Subi em 10/abr/2014

Concluído o julgamento e executadas as penas do "mensalão", todos passaram a aguardar ansiosamente a posição do STF sobre o caso que recebeu o mesmo apelido: o "mensalão tucano", ou "mensalão mineiro", relativo ao desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro ocorridos em 1998 durante a campanha de Eduardo Azeredo para o Governo de Minas Gerais.

A expectativa de julgamento pelo Supremo estava escorada em dois fatores. Primeiro, a extrema similaridade entre os dois esquemas de corrupção, inclusive com personagens comuns (Marcos Valério foi o operador de ambos). Segundo a própria denúncia apresentada pelo Procurador-Geral da República, o "mensalão mineiro", ocorrido antes, foi o "laboratório" para a operacionalização, anos depois, do "mensalão" do Congresso Nacional.

Além disso, temos a inevitável polarização política em torno desses julgamentos, pois Eduardo Azeredo é um dos nomes mais influentes do PSDB. O fato do "mensalão nacional" ter sido julgado antes (mesmo sendo cronologicamente posterior) e ter resultado na condenação de diversos agentes políticos, todos vinculados ao PT ou a partidos aliados, fez nascer uma grande pressão sobre a imparcialidade do STF nesses casos.

Seria a chance de nossa Suprema Corte mostrar a isenção política necessária no exercício de sua função.

Pena que esse teste não será possível. Eduardo Azeredo, que detinha o foro por prerrogativa de função por ser Senador, renunciou ao cargo. Instalou-se, então, uma discussão entre os Ministros sobre o que fazer com o processo. Tecnicamente, como Azeredo não tem mais o cargo eletivo, deveria ser julgado como todos os cidadãos – por um juiz de 1ª instância.

Por ampla maioria (8 votos a 1), o STF decidiu encaminhar o processo para a Justiça de Minas Gerais. A estratégia de Azeredo deu certo: agora, ele poderá se valer de todos os recursos possíveis durante seu processo, podendo levá-lo até mesmo ao STF como última instância. Isso retarda o fim do processo por tempo suficiente para os crimes prescreverem, dado que ocorreram há mais de 15 anos.

A análise deve recair, portanto, sobre a posição adotada pelos Ministros. Começando pelo relator, Joaquim Barbosa. Ele foi o único dissidente, votando pela manutenção do processo no STF. Em suas palavras:

Deixar ao arbítrio da parte o poder de escolha do seu julgador representa uma verdadeira afronta à efetividade da prestação jurisdicional e de certa forma deboche ao Poder Judiciário.

Todos os seus colegas, porém, optaram pelo julgamento técnico, amparados também pelo histórico de decisões da Casa. Se não é mais Senador, não deve subsistir o foro por prerrogativa de função. Destacam-se, nesse ponto, os Ministros Luiz Roberto Barroso e Dias Toffoli. Ambos reconheceram que se tratou de uma "manobra" de Eduardo Azeredo para obter maiores possibilidades de recurso, contudo sustentaram que seria ilógico adotar posicionamento diferente somente para esse caso. Sugeriram, então, alterações na legislação para que isso não aconteça novamente em momentos futuros.

Salta aos olhos que os dois Ministros (Barroso e Toffoli) foram duramente criticados pela mídia e pela população por seus votos favoráveis aos réus do "mensalão" e pela admissão de seus recursos, sugerindo alguma vinculação dos julgadores com o PT. Mantendo o tecnicismo de suas decisões anteriores, agora os dois favoreceram um político do PSDB. Será que as críticas de então foram merecidas?

O mesmo vale para aqueles que atacaram Joaquim Barbosa durante a condução do processo do "mensalão". Quando instado, mais uma vez, a fazer um julgamento político, como foi o primeiro, não voltou atrás e defendeu a análise do caso pelo STF. Não é prova suficiente de sua coerência?

Por outro lado, fica no ar a velha reclamação dos partidos de esquerda, agora um pouco mais fundamentada: ficou mesmo parecendo que, para os tucanos, a Justiça é sempre mais lenta. Certamente os crimes de Eduardo Azeredo prescreverão.

O processo, dentro do próprio STF, demorou muito – mais de 15 anos e não foi julgado, enquanto o "mensalão nacional" resolveu-se em pouco mais de 07 anos. Se os casos são tão parecidos, qual a diferença entre eles? A atenção dada pela grande mídia?

Vale lembrar sobre o mensalão tucano:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Mensal%C3%A3o_tucano

Mensalão tucano, também denominado mensalão mineiro e tucanoduto, é o escândalo de peculato e lavagem de dinheiro que ocorreu na campanha para a eleição de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) - um dos fundadores, e presidente do PSDB nacional - ao governo de Minas Gerais em 1998, e que resultou na sua denúncia pelo Procurador Geral da República ao STF, como "*um dos principais mentores e principal beneficiário do esquema implantado*", baseada no Inquérito n.o 2280 que a instrui, denunciando Azeredo por peculato e lavagem de dinheiro

O *valerioduto tucano* foi um esquema de financiamento irregular—com recursos públicos e doações privadas ilegais—à campanha à reeleição em 1998 então governador mineiro e atual senador Eduardo Azeredo (PSDB), montado pelo empresário Marcos Valério

Novas apurações devem envolver, entre outras, cinco pessoas ligadas à Cemig (estatal de energia mineira), quatro à Comig (estatal de infra-estrutura mineira, atual Codemig), uma à Copasa (estatal de saneamento mineira) e dois à gráfica Graffar, que teriam desviado recursos da Cemig para a campanha de Azeredo. Em denúncia apresentada dia 20 de novembro de 2007 ao Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da República denunciou que o esquema criminoso, que veio a ser chamado pela imprensa de "mensalão tucano", foi "a origem e o laboratório" do episódio que ficou conhecido como Mensalão.

"Vários delitos graves foram comprovados, sendo que parte deles integra a presente imputação, enquanto os demais deverão ser apreciados nas instâncias adequadas."

"Além disso, inúmeras provas residentes nestes autos reforçam o já robusto quadro probatório que amparou a denúncia apresentada no bojo do Inquérito n.o 2245 (Mensalão)."

"A inicial penal em exame limitar-se-á a descrever os delitos que tiveram o comprovado envolvimento do Senador da República Eduardo Azeredo e do Ministro de Estado Walfrido dos Mares Guia, bem como os crimes intimamente a eles vinculados."

Antonio Fernando denunciou 15 políticos por peculato e lavagem de dinheiro e afirmou que o esquema montado pelo publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza para injetar dinheiro público na campanha do tucano Eduardo Azeredo (PSDB-MG) foi "o laboratório" do mensalão nacional - cuja denúncia foi aceita pelo STF, em quase sua totalidade, em agosto de 2007. As investigações atingem o secretário do governador mineiro tucano Aécio Neves, pré-candidato do PSDB à presidência da república em 2010.

Segundo a denúncia do Procurador Geral da República, ficou claro que o modus operandi dos fatos criminosos apurados nos processo do mensalão teve a sua origem no período da campanha de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para Governador do Estado de Minas Gerais no ano de 1998".

Embora negue conhecer os fatos, as provas colhidas desmentem sua versão defensiva. Há uma série de telefonemas entre Eduardo Azeredo, Marcos Valério, Cristiano Paz e a empresa SMP&B, demonstrando intenso relacionamento do primeiro (Eduardo Azeredo) com os integrantes do núcleo que operou o esquema criminoso de repasse de recursos para a sua campanha. Em 3 de novembro de 2009, Azeredo começou ser julgado no Supremo Tribunal Federal. Em 3 de dezembro de 2009, por cinco votos contra três, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu abrir ação penal contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e torná-lo réu por envolvimento em um esquema de caixa dois durante sua campanha para reeleição ao governo de Minas Gerais, em 1998, que ficou conhecido como mensalão mineiro.

50 anos do Golpe Militar

Henrique Subi em 1/abr/2014

Na noite de 31 de março de 1964, tropas militares deslocaram-se para o Rio de Janeiro (ainda sede da maioria das instituições públicas, que demoraram a migrar para Brasília, inaugurada em 1960) e depuseram o Presidente João Goulart, acusado de planejar instituir o comunismo no Brasil. Desse momento em diante, foram 5 presidentes militares (Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo) e 21 anos de ditadura.

As atrocidades cometidas contra os opositores do regime, como as torturas e mortes, o exílio de diversos intelectuais e a intensa campanha da mídia para garantir o apoio popular à tomada de poder pelos militares são bastante conhecidas. Esse aniversário é marcado, mais propriamente, por polêmicas levantadas pela releitura dos efeitos da ditadura no cenário econômico e social.

De um lado, retoma-se a ideia de revisão da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979), a qual extinguiu a punibilidade por todos os crimes políticos praticados durante o regime militar. A amplitude do texto da lei perdoou tanto civis que lutaram contra a ditadura (praticando atentados, sequestros e homicídios) como os próprios militares e suas torturas, cárceres privados e homicídios.

A proposta é considerar que somente os atos de luta popular pela democracia são crimes políticos, transformando a tortura e as mortes causadas pelos representantes do regime como crimes contra a humanidade e, portanto, imprescritíveis. Busca-se, assim, condenar os comandantes e executores da repressão e manter o status de liberdade dos rebeldes.

A nosso ver, essa discussão é um tanto inócua. Por mais deploráveis e desprezíveis que tenha sido os atos de tortura e morte causados pelos militares, o Direito Penal assegura que, uma vez extinta a punibilidade pela anistia, não há como reverter essa situação para impor uma condenação ao agente. Podemos não concordar com essa regra, mas quebrá-la por razões ideológicas abriria um sério precedente para que o mesmo ocorresse com outros crimes.

Questiona-se também o "milagre brasileiro" dos anos 70 e 80 . Não que o país não tenha crescido economicamente no período em níveis nunca repetidos. A crítica se faz sobre seu verdadeiro significado. Se pensarmos o crescimento econômico exclusivamente como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), realmente houve um milagre. Contudo, o aumento do PIB foi conseguido a custo de uma dívida externa impagável, direcionamento de contratos a empresas simpáticas aos militares a preços nem sempre honestos e uma forte escalada da concentração de renda. Socialmente, portanto, não podemos dizer que houve um milagre.

Ademais, no período democrático que antecedeu o regime militar, o crescimento econômico do país foi bastante razoável e, defendem alguns, sem as obras exageradas e faraônicas dos generais.

Não há o que comemorar nesta data, mas que ela sirva para ensinarmos aos jovens a importância da democracia, da liberdade de expressão e do controle exercido sobre o governo – três conceitos que estão intimamente ligados e não existem um sem o outro. Se o comunismo já não é mais o "vilão" a ser derrotado, há que se atentar para o fervor interno de uma parcela da população que não conheceu ou já se esqueceu o que significa viver sob uma ditadura violenta.

Veja a notícia por outra mídia:

http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades

O Golpe Militar instaurado no Brasil em 1964 completa 50 anos em 2014. Ao longo de 21 anos em que estiveram no poder, os militares deixaram marcas que permanecem presentes, principalmente em três áreas: infraestrutura, com a construção de obras grandiosas; educação, com a falta de investimentos na área pública, aumentando o abismo entre escolas públicas e as particulares; e na forma de atuação da polícia.

Obras grandiosas

O regime investiu num modelo desenvolvimentista marcado por empresas estatais e obras públicas gigantescas nas áreas de transporte, energia e estratégia militar, que buscavam a soberania do Brasil.

Apelidadas de "obras faraônicas" pela imprensa da época, neste período foram construídas a rodovia Transamazônica (BR-230), as hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Itaipu (a maior do Brasil), a ponte Rio-Niterói, as usinas nucleares de Angra, a Ferrovia do Aço e o projeto de minério de ferro de Carajás e de celulose de Jari.

Entenda a ditadura militar no Brasil em 40 datas históricas

A Transamazônica, que nunca foi terminada, deveria promover a ligação entre a fronteira peruana com o Atlântico e a ocupação da Amazônia, no que seria "a mais gigantesca via terrestre pioneira em construção no mundo". A usina de Itaipu foi até 2008, a maior hidrelétrica do mundo. Já a ponte Rio-Niterói foi considerada na época um símbolo de modernidade e a mais longa

ponte do planeta construída em vigas caixão. O regime tinha como lema o “Brasil Grande” e queria promover uma imagem de progresso nacional.

A atual construção da Hidrelétrica de Belo Monte é a retomada de um projeto apresentado nos anos 1970, chamado de Hidrelétrica de Kararaô, nome dado em alusão a uma aldeia no rio Iriri, e que previa a construção de seis grandes usinas ao longo do rio Xingu. Sem recursos próprios e devido a pressões dos índios e da comunidade internacional, o projeto foi abandonado.

Chamado de Milagre Econômico, esse período da ditadura militar brasileira foi caracterizado por um expressivo crescimento econômico do país, especialmente entre 1969 e 1973, no governo do presidente Emílio Médici. Por outro lado, o alto investimento aumentou o endividamento externo do Brasil, o que ajudou a pavimentar o período de recessão e inflação dos anos 1980.

Em 1984, o Brasil devia aos governos e bancos estrangeiros o equivalente a 53,8% de seu PIB (Produto Interno Bruto). Os pagamentos da dívida só foram regularizados em 1994, já no período democrático, após um acordo com os credores para reduzir o montante devido e os juros.

Violência da Polícia Militar

A PM (Polícia Militar) é uma das principais forças de segurança das cidades brasileiras. No entanto, os métodos utilizados pela PM são muitas vezes associados à truculência e violência. E para especialistas, a cultura violenta da PM é um dos resquícios da ditadura.

Quando os militares assumiram o poder no Brasil, sob o pretexto de manter a segurança interna e eliminar o perigo do comunismo, o Estado aumentou o autoritarismo e a repressão, criando órgãos de controle da informação, como o SNI (Sistema Nacional de Informações).

Em 1969, foi criada a Lei de Segurança Nacional, que restringia a liberdade de reunião, associação e de imprensa, e em 1970 foi criado o DOI-Codi, centro de repressão do Exército conhecido como “sucursal do inferno”, palco de torturas e desaparecimento de presos políticos e “suspeitos de subversão”.

Naquela época, a PM foi usada como extensão dos órgãos de repressão da ditadura e o uso da violência e a tortura se tornaram rotina e práticas autorizadas pelo Estado. A polícia de São Paulo foi uma das primeiras a ser militarizada logo depois do golpe, com a imediata incorporação e comando da PM pelas Forças Armadas.

Nos anos 1960, surgiu também em São Paulo o temido “Esquadrão da Morte”, um grupo de extermínio de origem policial. Em 1966, quando ainda era chamada de Força Pública do Estado de São Paulo, a PM teve como comandante o coronel João Baptista de Figueiredo, o mesmo que mais tarde encerraria a era de presidentes militares com mandato entre 1979 e 1985.

No início dos anos de 1970, a PM paulista criaria uma unidade especial, a Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), que surgiu para combater a guerrilha urbana e as ações praticadas pela esquerda armada. Nas décadas seguintes, a Rota seria alvo de denúncias de tortura e assassinatos contra criminosos comuns e de jovens sem antecedentes criminais.

Por outro lado, os “Direitos Humanos” passaram a ser vistos como ideologicamente filiados à esquerda e depois passaram a ser vistos como “defensores de bandidos”. Incentivar as corporações a adotar uma cultura de direitos humanos

Educação

Durante os anos do regime militar, a educação brasileira passou por transformações em seu currículo, que passou a exaltar o nacionalismo.

Ainda no governo do presidente João Goulart, especialistas em educação como Anísio Teixeira e Paulo Freire foram nomeados para retrabalhar a alfabetização e pensar em como oferecer uma educação de qualidade no ensino público brasileiro. Essas novas diretrizes da educação constavam no PNA (Plano Nacional de Alfabetização), extinto após a deposição de Jango, com o Golpe Militar.

No mesmo ano, nas universidades, a ditadura militar considerou ilegal a UNE (União Nacional dos Estudantes) e criou os Diretórios Acadêmicos, restritos a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes. Com isso, o governo eliminava a representação a nível nacional dos estudantes, bem como qualquer tentativa de ação e organização política.

Durante a ditadura aconteceram, ao menos, duas reformas educacionais. Uma em 1968, nas universidades, e em 1971 no ensino básico, quando foram criadas disciplinas como Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica.

A expansão da educação pública veio acompanhada de intensa privatização do ensino, fazendo com que as escolas particulares ficassem cada vez mais desejadas pelas famílias brasileiras. No caso do ensino superior, o crescimento do setor privado fez com que as vagas em instituições particulares se tornassem majoritárias após o período da ditadura militar.

A forte repressão política e ideológica fez com que muitas escolas de segundo grau e campus universitários fossem invadidas por tropas militares, com a prisão, demissão e exílio de estudantes e professores. A perseguição se intensificou a partir do Ato Institucional Nº 5, de 1968, que possibilitou a punição severa dos chamados “agitadores” que incomodavam os militares.

Variedades

Rolezinhos: Jovens da “nova classe média” colocam em xeque modelo de inclusão social

Carolina Cunha
07/02/2014

É um costume dos adolescentes se reunirem em shoppings para passear. Mas quando centenas de jovens de periferia começaram a promover encontros em shopping centers de São Paulo, em dezembro do ano passado, os chamados "rolezinhos" viraram caso de polícia e ganharam repercussão nacional. Além da discussão sobre a adequação ou não do local para essas reuniões, os rolezinhos também levantaram outra questão: a relação entre e inclusão social desses jovens e o consumo.

Direto ao ponto: Ficha-resumo

- Rolezinhos têm raízes na luta pelo espaço urbano, diz pesquisador
- Antropólogo vê busca por visibilidade e reação desproporcional a rolezinhos
- Depoimento: Peguem as minas, mas deixem os clientes dos shoppings em paz
- Depoimento: Fechar as portas é obsceno e mostra histeria do urbanóide acuado
- Onda de rolezinhos deixa a pergunta: de quem é o shopping center?
- 'Polícia deve proteger rolezinho', diz americano que estudou flashmobs
- 'Rolezinhos' são realidade há anos em shoppings dos EUA
- Especialistas divergem sobre legitimidade dos "rolezinhos"
- Editorial: São só "rolezinhos"
- Rolezinho de protesto se espalha, mas não atrai movimento original
- Análise: Decisões judiciais são corretas para conter delito, mas pode acirrar conflito social

A palavra "rolê" é uma gíria associada a dar uma volta e se divertir. Os primeiros rolezinhos aconteceram em dezembro de 2013, organizados por cantores de funk, em resposta à aprovação de um projeto de lei que proibia bailes nas ruas de São Paulo (proposta que depois foi vetada pelo prefeito Fernando Haddad).

Depois, MC's passaram a promover encontros ao vivo com suas fãs, seguidos pelos "famosinhos", pessoas com milhares de seguidores nas redes sociais, que também entraram na onda e levaram seus fãs do Facebook aos shoppings. O objetivo era conhecer gente nova, ser visto, paquerar, se divertir e escutar funk ostentação, gênero musical que mistura batidas de funk a letras sobre consumo e marcas de luxo.

A situação que fugia da rotina habitual desses centros comerciais causou pânico. Um dos primeiros rolezinhos aconteceu em 7 de dezembro, no shopping Metrô Itaquera, zona leste da capital paulista. Convocado pelo Facebook, o evento reuniu 6.000 jovens no estacionamento. Por denúncias de furto e temendo um arrastão, lojistas acionaram a polícia e o shopping fechou as portas mais cedo.

No dia 11 de janeiro, novamente no shopping Itaquera, um grupo de mil pessoas que se reunia para um rolezinho foi reprimido pela PM, que chegou a usar bombas de gás lacrimogêneo, bala de borracha e spray de pimenta. Houve correria, pânico e denúncias de furto.

Diante da divulgação de que ocorreria um rolezinho no local, o shopping JK Iguatemi, um dos mais sofisticados da capital paulista, conseguiu liminar na Justiça proibindo o acesso de menores desacompanhados e multa para quem promovesse a mobilização. O encontro não chegou a acontecer, mas a checagem de documentos pelos seguranças para evitar o acesso causou polêmica.

Pela lei, nenhum tipo de estabelecimento comercial pode adotar medidas de discriminação para evitar o acesso de pessoas. É proibida qualquer seleção de consumidores a partir de critérios como raça, origem social, idade ou orientação sexual. Caso o local tome esta atitude, pode receber processos judiciais. O shopping pode adotar medidas de segurança, como limitar o número de pessoas e coibir condutas ilegais como o uso de drogas e violência.

Durante os rolezinhos de dezembro e início de janeiro, a Associação Brasileira de Lojistas de Shopping contabilizou uma queda de 25% no movimento dos estabelecimentos envolvidos. Com medo, muita gente evitou esses lugares. Já o fechamento das lojas e a seleção nos shoppings despertou um debate nacional sobre violência e segregação racial e social. Houve até "rolezinhos de universitários", protestos de manifestantes com viés político que questionam as atitudes dos shoppings.

Democratização do consumo?

Os encontros e as reações e eles ganharam diferentes interpretações: seriam um pretexto para fazer baderna e confusão, gerando prejuízos financeiros e de imagem para os centros comerciais; reflexo da falta de espaços públicos e de convivência segura para os jovens, que veem no shopping sua única saída; e, ainda, como uma demonstração de desigualdade e elitismo da sociedade brasileira.

Esse incômodo estaria relacionado à democratização do consumo, reflexo da ascensão da classe C no país. Os espaços tradicionais de consumo, que antes eram exclusivos de uma classe mais abastada, agora são cada vez mais ocupados por classes emergentes. É a inserção social pelo consumo.

Segundo o Instituto Data Popular, que traçou um retrato dos jovens que participam dos rolezinhos, eles pertencem fundamentalmente à classe C e têm potencial de consumo (R$ 129 bilhões por mês) maior do que as classes A, B e D juntas (R$ 99 bilhões por mês).

Quanto ao perfil dos consumidores que frequentam shoppings brasileiros ele pode ser dividido em 22% de classe A, 41% da B e 37% da C. Segundo o último censo da Abrasce (Associação Brasileira de Shoppings Centers), os jovens da classe C são maioria dos consumidores nesses estabelecimentos.

Ir ao shopping é se integrar

"Tudo começou como distração e diversão: se arrumar, sair, se vestir bem. Existe toda uma relação com as marcas e com o consumo, num processo de afirmação social e apropriação de espaços urbanos. Ir ao shopping é

se integrar, pertencer à sociedade de consumo", avalia a antropóloga e professora da Universidade de Oxford, na Inglaterra, Rosana Pinheiro-Machado, ao comentar sobre a relação de inclusão social que os jovens veem nesse novo poder de compra.

Os números acima também refletem a ascensão de consumo que a classe C teve nos últimos dez anos chamada de "nova classe C". A nomenclatura teve seu marco com a pesquisa intitulada "Nova classe média", realizada pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e divulgada em agosto de 2008. Essa "nova classe média", ou "nova classe C", tem uma renda entre R$1.064,00 e R$ 4.561,00 e abriga 52,67% da população, o equivalente a quase 98 milhões de pessoas.

Houve também aumento do salário mínimo, a diminuição do desemprego, o aumento da linha de crédito (parcelamento pelo cartão) e a diminuição de impostos de algumas mercadorias pelo Governo. Outras facetas desse grupo são a facilidade do acesso à internet e aumento da possibilidade de frequentar uma universidade.

Como resultado, os filhos da chamada "nova classe média brasileira" agora têm acesso a produtos que antes não podiam comprar e valorizam produtos mais sofisticados.

E o que eles querem consumir?

A maioria dos jovens, segundo o instituto, deseja comprar produtos eletrônicos e a roupas da moda que geram status e prestígio. A pesquisa revelou que 15% pretendem comprar um notebook, 11% querem adquirir um smartphone e 11% um tablet. Bonés, roupas e tênis de grife também estão entre os itens desejados. Os adolescentes da nova classe C chegam a gastar R$ 1.000 em um tênis, e mesmo assim, algumas marcas não querem sua imagem associada a esse público.

Para os shoppings, a questão dos rolezinhos será resolvida de duas formas. Uns vão fechar as portas em caso de aglomeração, outros, como o Shopping Itaquera, sinalizaram atitude diferente. Foi acertado que o shopping será informado sobre os encontros, não para impedir, mas organizar melhor o evento. Já o Governo Federal promete planejar novas políticas públicas para a juventude, em conjunto com os Estados. Além disso, está monitorando a internet e prepara forças policiais caso os rolezinhos fujam do controle.

Políticas públicas

No entanto, observadores apontam que o fenômeno dos rolezinhos coloca em xeque outras áreas e demandas sociais, como educação, saúde e esporte, que não apareceram na pauta das soluções para evitar a multidão nos shoppings (em 2014, o Brasil deve ganhar mais 40 shoppings).

"A inclusão dos últimos anos foi em boa medida um aumento do poder de compra a crédito. Os pobres compram mais – o que é ótimo, porque eles tinham e ainda têm acesso limitado a vários bens que asseguram o conforto. Mas esse foi o eixo mais marcante da inclusão. Embora a educação esteja melhorando, a dupla do bem – que seria o mix de educação e cultura, e o de saúde e atividade física – não desperta igual atenção nem gera resultados rápidos", escreve o filósofo Renato Janine Ribeiro no artigo "A inclusão social pelo consumo".

Direto ao ponto

Adolescentes sempre se reuniram em shoppings para passear e se encontrar. Mas quando centenas de jovens de periferia começaram a promover encontros em shopping center de São Paulo, em dezembro do ano passado, os chamados "rolezinhos" viraram caso de polícia e ganharam repercussão nacional. Além da discussão sobre a adequação ou não do local para estas reuniões, os rolezinhos também apontaram para a relação entre e inclusão social desses jovens e o consumo.

Para muitos, os encontros não passam de um pretexto para fazer baderna e confusão. Outros defendem que faltam espaços públicos e de convivência para os jovens, que veem no shopping sua única saída. Por outro lado, a tentativa de evitar os rolezinhos refletiria um incômodo com a democratização do consumo, reflexo da ascensão da classe C. Os espaços de consumo, que antes eram exclusivos para a elite, agora são ocupados por novas classes emergentes.

O Instituto Data Popular traçou um perfil dos jovens que participam dos rolezinhos. Eles pertencem fundamentalmente à classe C e têm potencial de consumo (R$ 129 bilhões por mês) maior do que as classes A, B e D juntas (R$ 99 bilhões por mês). Esses números refletem a ascensão de consumo que a classe C teve nos últimos dez anos.

No caso desses jovens, o consumo parece ser visto por eles como um caminho para a inclusão social. Esses jovens agora têm a oportunidade de comprar bens que antes eram inacessíveis, e assim, se veem integrados a um grupo social do qual não pertencem quando o assunto é educação, saúde, emprego e esporte.

O potencial turístico brasileiro

Henrique Subi em 13/mar/2014

Ano de Copa do Mundo, Olimpíadas logo ali. As críticas sobre infraestrutura (ou a falta dela) já são bastante conhecidas. Porém, independentemente desses eventos grandiosos, o Brasil tem um potencial turístico que, a meu ver, nunca foi explorado a contento.

Para analisar essa questão, podemos dividir a atividade turística em diversos critérios. Vamos nos limitar a duas: o objetivo e o público.

Por objetivo me refiro àquilo que vai ser visto no local com a aptidão de atrair turistas: natureza ou história (estou deliberadamente excluindo o turismo de negócios, porque esse é feito por razões profissionais, não pessoais). Quando qualquer pessoa vai viajar, esse é um critério relevante para escolher seu destino. E por que as pessoas viajam para (ou pelo) Brasil? Natureza. Absolutamente natureza. Nossos destinos turísticos mais famosos e estruturados são Rio de Janeiro, Salvador, Natal e as demais capitais praianas. Há um investimento interessante também no Pantanal, Chapada Diamantina, algumas áreas da Amazônia e Foz do Iguaçu. O ponto é: quando se fala em turismo no Brasil esbarramos sempre

em Corcovado, Copacabana, dunas, Lençóis Maranhenses, cataratas e outras maravilhas naturais. Somos realmente ricos nesse ponto.

Não se pode negar, contudo, que temos aí uma primeira distorção: é raro investirmos em turismo histórico. O visitante não é incentivado a conhecer nossos prédios antigos ou nossas igrejas barrocas. Vamos ao Rio para andar de bondinho e passear por Ipanema, não para ver como era a vida da antiga capital do país; o sul de Minas é conhecido pelo Carnaval, ninguém mais vai lá ver Aleijadinho; Porto Seguro é famosa pelas praias, baladas e Passarela do Álcool, e foi lá que nossa história toda começou.

Preciso destacar que adoro esses lugares! Temos, todavia, de discutir e distribuir as responsabilidades. Muita culpa é nossa mesmo, do povo, que não valoriza a própria história. No Brasil só se tem olhos para as belezas naturais e para novas obras. São Paulo está recheada de prédios históricos, Minas de belas igrejas, o Nordeste de áreas quilombolas, Araraquara (interior de São Paulo) tem um museu arqueológico a céu aberto! Espaços que contam trechos interessantíssimos sobre nossos quinhentos e poucos anos de vida (ou alguns milhões, no caso dos fósseis de Araraquara). Só que não achamos isso interessante. Recebemos um amigo turista em casa e o levamos à praia.

A outra parte da culpa é do Governo (federal, estadual e municipal, porque todos têm atribuições nessa área), que não investe na manutenção e revitalização desse patrimônio histórico. Em outras palavras, falta deixar bonito para que todos queiramos ver. Falta acessibilidade. Falta informação em outras línguas (pelo menos em inglês, por obrigação universal, e em espanhol, por respeito a toda a América do Sul), placas explicando a história e significado do lugar. Informação em outras línguas não é placa de trânsito! Para ilustrar: ano passado (2013), o Ministério do Turismo firmou 20 convênios com diversas cidades para repasse de dinheiro público com vistas ao investimento no turismo; 13 deles, mais da metade, R$ 6.600.000,00, destinam-se a "sinalização turística". Por aqui eu só vi placas de trânsito! Espero que o conceito de "sinalização turística" do Ministério seja um pouco mais amplo.

Gosto de dar um exemplo emblemático: duas vezes por semana passo em frente à igreja de Santa Cecília, em São Paulo. Religiões à parte, é uma belíssima construção, com obras de Bendito Calixto e um majestoso órgão ao fundo da nave principal. Sua inauguração data de 1901 e, mesmo tendo mais de 100 anos, está bem conservada. Nunca vi ninguém visitando; há, no máximo, alguns fiéis em suas orações. Na Europa, por outro lado, os mapas turísticos dão destaque para construções históricas. Quando vamos ver, perdem de longe para a igreja de Santa Cecília. Guardadas as devidas proporções, acho o mesmo da Catedral da Sé, também em São Paulo.

O outro critério, público, liga-se ao turismo interno (feito por brasileiros pelo Brasil) e externo (quando estrangeiros nos visitam). Para nós mesmos, enfrentamos os altíssimos preços cobrados por aqui (tente comprar uma passagem aérea para o período da Copa, por exemplo). Os estrangeiros enfrentam a barreira da língua: mesmo em centros turísticos é difícil encontrar a população preparada, falando inglês e espanhol – decentemente, sem macarronice – além da falta de informações já comentada. Aí é mais fácil levar para a praia mesmo.

Dava para falar de vários outros pontos polêmicos: violência, turismo sexual etc.. Deixo esses para os comentários, ok?

Que o legado da Copa e das Olimpíadas seja, além de estádios, aeroportos e guias rebaixadas para acesso das pessoas com mobilidade reduzida, um povo mais preparado e interessado em explorar o turismo de forma profissional e lucrativa, trazendo benefícios para si mesmo e para o país.

Cultura

Rubem Alves não tinha medo de morrer. Tinha pena

19/07/2014

Escritor e educador morre em Campinas, aos 80 anos. Intelectual de múltiplas atuações, deixou mais de 160 obras traduzidas em 12 países e uma lacuna no pensamento sobre a educação no país

São Paulo – Internado desde o último dia 10 com pneumonia, no Hospital Centro Médico de Campinas, no interior paulista, morreu hoje (19), às 11h50, o escritor e educador Rubem Alves. A bibliografia de sua autoria conta com mais de 160 títulos distribuídos em 12 países.

Em boletim divulgado mais cedo, os médicos que o assistiam informaram sobre uma piora do estado de saúde do escritor, com agravamento das funções renal, pulmonar e circulatória, que evoluíram para um quadro de falência múltipla orgânica. A nota foi assinada pelo cardiologista intensivista Roberto Munimis.

Rubem Alves nasceu em Dores da Boa Esperança, no sul de Minas Gerais, em 15 de setembro de 1933, e morava em Campinas, onde mantinha um instituto para promover a inserção social por meio da educação. O Instituto Rubem Alves também dá assistência a educadores.

Amante da vida

Além de escritor e pedagogo, Rubem Alves era poeta, filósofo, cronista, contador de histórias, ensaísta, teólogo, psicanalista, acadêmico e autor de livros para crianças. Era considerado um dos intelectuais mais respeitados do Brasil, tendo sido uma das principais referências no pensamento sobre educação.

"Meu pai era rico, quebrou, ficou pobre. Tivemos de nos mudar. Dos tempos de pobreza só tenho memórias de felicidade. Conheci o sofrimento quando melhoramos de vida e nos mudamos para o Rio de Janeiro. Meu pai, com boas intenções, me matriculou num dos colégios mais famosos do Rio. Foi então que me descobri caipira. Meus colegas cariocas não perdoaram meu sotaque mineiro e me fizeram motivo de chacota. Grande solidão, sem amigos. Encontrei acolhimento na religião. Religião é um bom refúgio para os marginalizados", relata, no site do instituto que leva seu nome.

Em 1963, viaja para Nova York para fazer uma pós-graduação. É aí que o golpe de 31 de março de 1964 o surpreende, nas vésperas de conclusão do mestrado. Neste período viveu sob o medo intenso da Ditadura Militar. Acusado de ser subversivo, foi listado injustamente entre pastores procurados pelos militares. Era o preço de pensar de forma não ortodoxa. Viveu o cansaço da tensão.

"Foi então que a United PresbyterianChurch – EUA (Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América do Norte), em combinação com o presidente do seminário teológico de Princeton, me convidaram a fazer um doutoramento. Não me esqueço nunca do momento preciso quando o avião decolou. Respirei fundo e sorri, descontraído, na deliciosa euforia da liberdade. Ainda hoje, quando um avião decola, sinto de novo aquele momento."

Ainda segundo aquele site, "o exílio dura até 1968. Doutorado, volta ao Brasil para se despedir da Igreja Presbiteriana e experimentar o desemprego. Em 1969, uma faculdade do interior (a Faculdade de Filosofia de Rio Claro) o acolhe. Aí permaneceu até 1974, ano em que finalmente ingressa no Instituto de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde fez a maior parte da sua carreira acadêmica até se aposentar nos primórdios da década de 1990.

A epígrafe com que é encerrado o seu perfil naquela página da internet revela muito da intensidade com que Rubem Alves marcou sua presença e sua atuação pessoal, profissional e, de acordo com o que ele mesmo defendia, espiritual: "Eu não tenho medo de morrer... Só tenho pena. A vida é tão boa..."

Corpo de García Márquez é cremado no México.

19/04/2014

Cerimônias públicas começam segunda

Despedida segue discrição solicitada pela família. Haverá uma celebração no Palácio de Belas Artes, no México, uma cerimônia solene na catedral de Bogotá e um sepultamento simbólico no povoado natal

São Paulo – O corpo do escritor Gabriel García Marquéz foi cremado hoje (19), informou o Conselho Nacional para a Cultura e as Artes (Conaculta) do México. De acordo com o comunicado do conselho, a vontade da família foi cumprida e os restos mortais do autor foram incinerados em uma cerimônia privada. As cinzas do escritor deverão ser jogadas no México, onde morava, e na Colômbia, seu país natal.

Gárcía Márquez, aos 87 anos, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura de 1982, autor de obras como Cem Anos de Solidão e O Amor nos Tempos do Cólera, morreu na última quinta-feira (17), na Cidade do México, onde morava desde a década de 1960. Na última segunda-feira (14), a mulher e os filhos do escritor haviam informado que seu estado se saúde era "muito frágil", havendo "risco de complicações". Após ser hospitalizado por uma semana devido a uma infecção pulmonar, o autor havia retornado para casa no início do mês.

Está prevista para segunda-feira (21) uma cerimônia na Cidade do México em homenagem a García Márquez. Os presidentes do México, Enrique Peña-Nieto, e da Colômbia, Juan Manuel Santos, deverão comparecer. Será a despedida pública do escritor, no Palácio de Bellas Artes, no centro histórico da capital mexicana.

Já na Colômbia, um sepultamento simbólico na segunda-feira em Aracataca e uma cerimônia solene na terça-feira na Catedral de Bogotá darão início a uma série de homenagens a Gabo. O presidente colombiano, Juan Manuel Santos, liderará junto à ministra de Cultura, Mariana Garcés, a homenagem que acontece na terça-feira, ao meio-dia local, na Catedral bogotana e na qual a Orquestra Sinfônica Nacional da Colômbia interpretará o "Requiem" de Mozart.

Devido à presença massiva que as autoridades esperam, a cerimônia será transmitida pelos canais oficiais e serão instalados telões na Praça de Bolívar, onde ficam a catedral, o Congresso colombiano, a Prefeitura de Bogotá e o Palácio da Justiça.

Em Aracataca, cidade onde o célebre escritor nasceu em 1927 será organizado um sepultamento simbólico que sairá da Casa Museu Gabriel García Márquez, passará pela estação da ferrovia e chegará à Igreja de San José desse município.

Para quarta-feira, 23 de abril, Dia Internacional do Livro, foi convocada uma leitura em massa do romance O coronel não tem quem lhe escreva em todas as bibliotecas públicas, praças e parques do país a partir das 10h locais (13h de Brasília).

Além disso, García Márquez será o principal protagonista da 27ª edição da Feira Internacional do Livro de Bogotá (Filbo) que acontece na capital colombiana de 29 de abril a 12 de maio.

O Ministério da Cultura dedicará um dos espaços ao Nobel, com uma mostra de mais de 100 obras que fizeram parte das principais leituras de García Márquez em diferentes períodos de sua vida, com uma seleção de seu legado literário.

Mais da metade dos brasileiros não faz atividades culturais

Marina Ribeiro
11/04/2014

Dentre os entrevistados, 61% nunca assistiram a uma peça de teatro

Mesmo sendo um país com diversidade cultural tão vasta, grande parte dos brasileiros não têm o costume de frequentar programas culturais. 85% dos pesquisados diz não fazer nenhuma atividade cultural durante a semana. Nas horas livres, nos finais de semana, é de 51%.

Costuma deixar tudo para depois? Culpe seus genes

Os dados foram divulgados pela pesquisa *Públicos de Cultura: hábitos e demandas*, realizada pelo Sesc, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, que entrevistou 2.400 pessoas em 25 Estados brasileiro, entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2013.

O estudo mostra que grande parcela brasileiros nunca teve experiências culturais como ver uma peça de teatro (61%), uma exposição de arte (71%), uma ópera ou concerto de música clássica (83%). A pergunta contemplava as localidades que não têm estruturas físicas e questionava sobre eventos fora de museus e casas de espetáculo.

O mais impressionante é que mesmo sem nunca terem visto uma ópera ou ouvido um concerto clássico, 34% dos entrevistados alega não gostar de tais espetáculos, e esse seria o motivo de nunca terem visto. Quase um quarto dos entrevistados diz o mesmo sobre exposições de arte. Desde Rembrandt: os selfies enriquecem a vida.

Por que a música clássica acelerou?

Para Márcia Rodrigues, gerente de cultura do Sesc, seria preciso justamente que eles conhecessem mais outros tipos de expressões culturais. “Ele não gosta por que não conhece e ele precisa conhecer para conseguir gostar. Ele precisa conhecer a diversidade de expressões culturais, todos nos precisamos”, disse.

Hábitos culturais

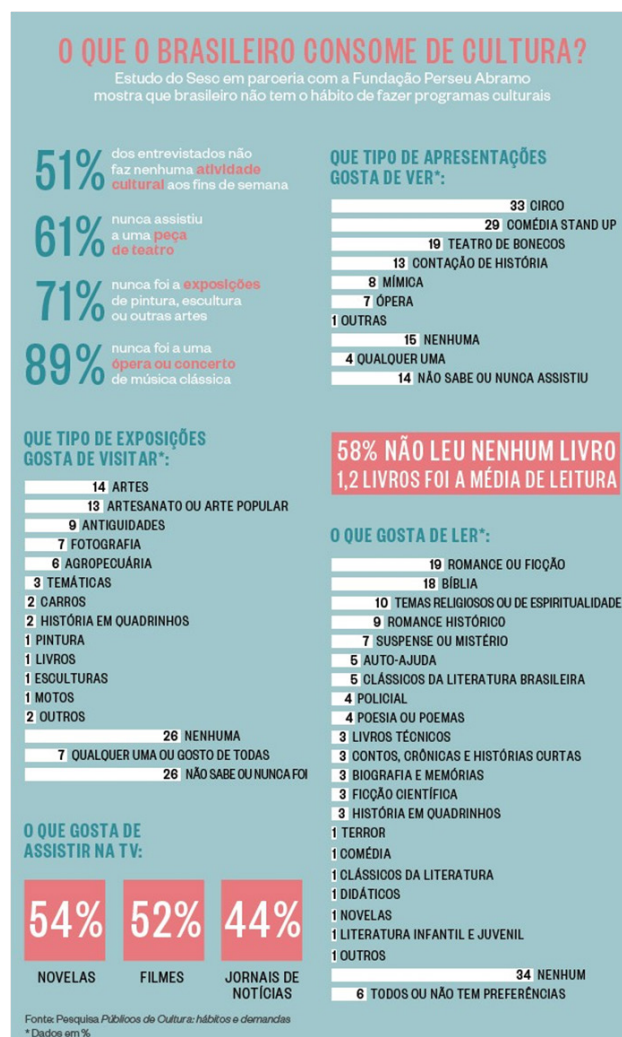
Ainda que afirmem não considere fazer nada cultural, todos os dias, os entrevistados passam muito tempo na frente da televisão. Assistir TV é a terceira atividade que ocupa mais tempo na vida do brasileiro, com uma média de 13 horas nos dias úteis e quase 6 horas nos finais de semana, perdendo somente para cuidados pessoais (como comer e dormir) e o trabalho (em dias úteis).

No tempo em que passam na frente da telinha, novelas são campeãs de audiência, seguidas de filmes e jornais. Reality shows foram pouco citados. Contudo Márcia alerta para um efeito comum de pesquisas que podem influenciar o resultado delas: “é comum que o entrevistado responda o que ele acha que o entrevistador quer ouvir”.

Como vai o seu lepolepo? O brasileiro inventa tanto que ameaça o Português

A percepção do que são atividades culturais pode ser diferente do que muitos considerariam. Para alguns entrevistados, atividades como ir a shows musicais ou dançar são atividades de entretenimento.

Confira os principais resultados do estudo segundo Natália Durães/ÉPOCA)

http://epoca.globo.com/vida/noticia/2014

Fernando Henrique Cardoso toma posse na ABL

10/09/2013 - 22:01

O sociólogo e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, 82 anos, tomou posse na noite desta terça-feira na Academia Brasileira de Letras (ABL), em cerimônia no Salão Nobre do Petit Trianon, no Rio de Janeiro. Ele passa a ocupar a cadeira 36, que foi do jornalista e escritor paulista João de Scantimburgo, morto em março. FHC foi eleito em junho, ao receber 34 votos dos 39 possíveis.

VEJA Rio: Entre a bermuda e o fardão

"A ABL funciona como a tocha olímpica: ao passar diplomas uns a outros, seus membros mostram a continuidade do respeito à cultura", disse, logo após ser recebido com aplausos no salão nobre da ABL. Fernando Henrique agradeceu a escolha de seu nome, disse estar "comovido por sentar em tão ilustre companhia" e feliz com a "responsabilidade de simbolizar valores tão fundamentais" no país. "O que importa é o culto permanente à cultura, à língua que a expressa, à paz, à liberdade e à dignidade humana, valores que se servem de nós, mortais, para permanecerem imortais."

FHC comentou os constantes protestos que tomam as ruas há mais de três meses, e definiu o momento atual como uma "crise da democracia representativa" em todo o mundo. "Não é só o oprimido que se manifesta. Há um novo tipo de pressão no Brasil e no exterior. Não estamos diante de uma elite que sabe e de um povo que desconhece. Não há tempo a perder para reconstruir a democracia e as instituições para captar os reais interesses da população", declarou, ressalvando que é preciso "evitar que a violência ocupe a cena".

E continuou: "Como no passado dos oráculos, a história nos pregou uma peça: 'decifra-me ou te devoro!' é o enigma que as ruas, sem o proclamar, deixam entredito sobre a democracia atual. Cabe a todos nós, políticos, artistas, escritores, cientistas ou, simplesmente, cidadãos que prezam a liberdade, passarmos da escuta à ação, para tecer os fios institucionais pelos quais possam fluir os anseios de liberdade, participação e maior igualdade dos que clamam nas ruas".

Cadeira 36 - Em cerca de uma hora de discurso de posse, FHC ainda exaltou cada um de seus antecessores e citou o envelope deixado por João de Scantimburgo, lacrado para ser aberto apenas pelo sucessor. O documento, contou o novo imortal, resume vida e obra do colega que não chegou a conhecer pessoalmente, com destaque a uma das atividades que mais prezava, o jornalismo.

A cadeira número 36 tem como fundador o poeta, professor e jornalista Afonso Celso, que escolheu como patrono o também poeta Teófilo Dias, sobrinho do escritor Gonçalves Dias. Ela já foi ocupada pelo médico e escritor Clementino Fraga (1939-1971), pelo cientista e ensaísta Paulo Carneiro (1971-1982) e pelo diplomata, filósofo e sociólogo José Guilherme Merquior (1983-1991).

Na mesa de autoridades coordenada pela presidente da ABL, Ana Maria Machado, estavam o senador Aécio Neves (PSDB) - representando o presidente de Senado, Renan Calheiros (PMDB) -, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). Na plateia, artistas, escritores e outras personalidades políticas, como o também peesedebista José Serra.

Na opinião de Aécio, Fernando Henrique leva sangue novo à Academia, fazendo dela uma casa mais aberta à sociedade. "Ele é uma simbiose rara do intelectual, do pensador e do executor. E como pensador extremamente qualificado, fez em seu discurso um alerta para aqueles que tentam desqualificar a nossa democracia. É preciso promover a reconciliação da sociedade brasileira com seus representantes", declarou o senador, após a cerimônia de posse.

Alckmin também enfatizou o "grande recado" deixado pelo ex-presidente, "de insatisfação geral com o atual modelo de democracia" no país. "Temos mais de 30 partidos. Essa fragmentação fragiliza muito as instituições", disse. Serra, por sua vez, acrescentou que essa visão de FHC mostra a contribuição de alguém que viveu a vida pública e, ao mesmo tempo, a analisa. "Não é apenas um ator, mas também um grande analista de ideias e de processos."

Educação

Escolas públicas têm até hoje para aderir ao mais educação

04/08/2014

Brasília – Hoje (4) é o último dia para que as escolas públicas de todo o país façam a adesão ao Programa Mais Educação, do governo federal, que oferece recursos para a oferta de educação integral. Atualmente, 49 mil escolas participam do programa, e a meta é chegar a 60 mil.

A jornada da educação integral deve ser, no mínimo, de sete horas diárias ou 35 horas semanais. Durante o período em que estão na escola, os estudantes recebem três refeições.

As escolas escolhem até cinco atividades nos macrocampos do programa, entre eles o de acompanhamento pedagógico (obrigatório), educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Pelo Mais Educação, as escolas são selecionadas com base em critérios como baixo índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb), as que têm entre seus estudantes, em sua maioria, filhos de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família e escolas em regiões de vulnerabilidade social. A liberação de recursos financeiros é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, e a adesão é pela internet.

A oferta de educação integral está também no Plano Nacional de Educação, que estabelece metas para o setor nos próximos dez anos. Segundo o plano, a educação integral, que atualmente chega a aproximadamente 30% das escolas públicas, deve atingir 50%, pelo menos. Além do programa federal, alguns estados e municípios oferecem os próprios programas.

Universidade de coimbra abre inscrições para brasileiros aprovados no ENEM

por Carolina Sarres, da Agência Brasil publicado 26/05/2014

Estão abertas inscrições para brasileiros que pretendem usar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para entrar na Universidade de Coimbra no segundo semestre. A última etapa para a efetivação do acordo foi cumprida hoje (26). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que promove o Enem, e a Universidade de Coimbra assinaram acordo que permitirá a estudantes brasileiros usar o exame para estudar na universidade portuguesa.

O processo seletivo para o próximo semestre está aberto e vai até o dia 13 de junho. A nota mínima aceita pela Universidade de Coimbra é 600 pontos no Enem. A expectativa, no entanto, é que a nota de corte efetiva seja superior, em função do nível dos estudantes. Para tentar uma das 630 vagas, os alunos devem acessar a página da universidade na internet.

Com 23 mil estudantes matriculados, a universidade oferece cursos em sete das oito faculdades: letras, direito, ciências e tecnologia; farmácia, economia, psicologia; ciências da educação, ciências do desporto e educação física. O único curso não disponível aos brasileiros é medicina. De acordo com o reitor, João Gabriel Silva, a demanda dos próprios portugueses é maior do que a oferta de vagas.

Como alunos da universidade, os brasileiros terão acesso ao programa de mobilidade no ensino superior da União Europeia. São mais de cem universidades interligadas pelo programa, que pode ser feito em um semestre ou em um ano, em qualquer instituição da rede.

A Universidade de Coimbra é a primeira instituição estrangeira a usar o Enem como critério de seleção. No Brasil, 115 instituições públicas aceitam o exame nacional como forma de ingresso no ensino superior. Neste ano, o exame tem mais de 9,5 milhões de inscritos.

A possibilidade de Coimbra selecionar alunos brasileiros por meio do Enem foi acertada depois da aprovação de uma legislação interna portuguesa, que reconheceu o exame como suficiente para avaliar o desempenho dos estudantes. “Não faria sentido criar um outro sistema de seleção com um exame que é fiel”, disse o reitor João Gabriel Silva.

Segundo ele, houve uma consulta na própria universidade para avaliar a experiência dos alunos brasileiros que admitidos em Coimbra. Há atualmente, 2 mil brasileiros estudando na universidade.

Com o acordo firmado nesta segunda-feira com o Inep, Coimbra passará a ter acesso aos resultados do Enem para que os alunos possam ser validados no sistema português. De acordo com o presidente do Inep, José Francisco Soares, há outras universidades portuguesas estudando a possibilidade de aceitar o Enem como processo seletivo. “Estamos consolidando um sistema em que mais gente terá acesso pleno à educação, aqui [no Brasil] ou fora daqui”, disse Soares.

Para frequentar a universidade, os brasileiros terão de pagar dez parcelas de 700 euros (cerca de R$ 2,1 mil). O reitor estimou que, além das parcelas, um estudante precise de 500 euros (cerca de R$ 1,5 mil) para se manter. A universidade prestará auxílio aos estudantes para buscar moradia e a concessão de visto.

Coimbra é a instituição portuguesa de ensino superior mais antiga. No ano passado, foi incluída na lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Total de matrículas cai no ensino básico, mas aumenta nas creches

Para MEC, redução geral de 1% representa estabilidade e está em acordo com taxas de natalidade no país

por demétrio Weber/Leonardo Vieira 25/02/2014

Brasília - O número total de matrículas na educação básica no Brasil caiu de 50.545.050 para 50.042.448, o que significa redução de 1% entre 2012 e 2013. A queda foi puxada, principalmente, por uma redução do ensino fundamental. Nos anos iniciais desta fase do aprendiza-

do, o número de estudantes passou de 16.016.030 para 15.764.926, enquanto nos anos finais o recuo foi de 13.686.468 para 13.304.355. Os dados fazem parte do Censo da Educação Básica 2013, divulgado nesta terça-feira (25) pelo Ministério da Educação (MEC).

De acordo com Francisco Soares, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inpe), a leve queda no número de matrículas acompanha as taxas de natalidade no país e indica estabilidade no ensino. Na análise do governo, a redução de matrículas no ensino fundamental evidencia queda nos índices de repetência. Como muitas crianças passam de ano, diminui o universo de alunos nesse período.

- Aqui há estabilidade. Esse número que está ali é o que vai permanecer, não vamos ter muita mudança. O número de brasileiros que nasce a cada ano está caindo. Então, o grupo que entra nas escolas é um pouco menor - afirmou o presidente do Inep.

Por outro lado, o número de matrículas em creches subiu 7,5% de 2012 para 2013, quando houve um acréscimo de 2.540.791 para 2.730.119. Entre as crianças a partir de 4 anos, matriculadas na pré-escola, houve aumento de 2,22%, de 4.754.721 para 4.860.481. No total, 7.590.600 matrículas foram registradas na educação infantil em 2013.

O crescimento nas creches, porém, foi menor que no período anterior, de 2011 para 2012, quando as matrículas avançaram 10,5%. Mesmo assim, o MEC considerou que o universo vem se ampliando com vigor. Segundo o ministro da Educação, José Henrique Paim, isso se deve a programas de investimento e financiamento do governo federal, para estimular a criação de creches e as matrículas, e ao esforço dos estados e municípios.

A quantidade de alunos em regime de tempo integral no ensino fundamental subiu de 2.184.079, em 2012, para 3.171.638, ano passado, um aumento de 45%. Em 2010, eram 1.327.129 na modalidade.

Mais quantidade e menos qualidade, diz especialista

Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o cientista político Daniel Cara, no entanto, é cético quanto ao avanço de matrículas nas creches e no ensino integral.

- Esse avanço é positivo, mas está mais do que provado que, no Brasil, a expansão do acesso é feita em detrimento da qualidade. Muitas escolas com período integral oferecem oficinas dissociadas do projeto pedagógico, como atividades esportivas, apenas para manter a criança na escola. Já nas creches, o governo fecha convênios com entidades comunitárias e confessionais, muitas ligadas a igrejas. Não é um ensino público - criticou ele, por telefone, ao GLOBO.

Henrique Paim destacou, na entrevista coletiva sobre o Censo, que o programa Mais Educação, do MEC, investe R$ 2 bilhões por ano em transferências para estados e municípios oferecerem ensino em horário integral. Além do horário regular de quatro horas, as demais três horas de atividades escolares devem incluir, obrigatoriamente, aulas de português, matemática e ciências, segundo o ministro.

O titular da pasta de Educação enfatizou que os 3,1 milhões de alunos do ensino fundamental atendidos em horário integral representam 12,5% do total de matrículas nesse nível, o que corresponde a metade da meta traçada para daqui a dez anos no novo Plano Nacional de Educação, que estipulou o atendimento de 25% dos alunos de fundamental. Desses 3,1 milhões de alunos, 3 milhões estão em escolas da rede pública.

Mais estudantes na educação profissional

Houve aumento também no número de matriculados na educação profissional nos últimos dois anos. Na rede privada, eram 632.450 alunos em 2012 e 691.376, em 2013. Na rede pública, a elevação foi de 729.750 para 749.675.

No ensino médio, houve diminuição no número de matrículas. Em 2012, eram 8.376.852 estudantes, enquanto, em 2013, esse número passou para 8.312.815. O mesmo ocorreu no ensino de Jovens e Adultos, em que o número de matrículas passou de 2.561.013 para 2.447.792, de 2012 para 2013, no ensino fundamental. No ensino médio, o índice caiu de 1.345.864 para 1.324.878.

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado anualmente e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As informações são levantadas com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação, além da participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

A pesquisa é considerada o principal instrumento de coleta de informações da educação básica, reunindo dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar. Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem como referência para a formulação de políticas públicas na área da educação. Resultados obtidos no Censo Escolar, juntamente com outras avaliações do Inep, também são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC. more: http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/

SP: 10.000 presos obtiveram diploma do ciclo básico em 2013

24/02/2014

Sete em cada dez detentos pretendem seguir estudando após deixar prisão. A cada três dias de aula, reduz-se um dia de pena

Presos tomam banho de sol no patio interno do Centro de Detenção Provisória de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo (Apu Gomes/Folhapress/VEJA)

Em 2013, 10.713 presos receberam diploma do ensino básico nas penitenciárias e Centros de Detenção Provisória (CDP) do Estado de São Paulo, segundo um levantamento divulgado nesta segunda-feira pela Secretaria Estadual de Educação (SEE). Segundo a pesquisa, 96% dos agentes da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) declararam constatar mudanças comportamentais positivas nos cerca de 15.000 alunos que frequentam as aulas oferecidas nos presídios.

Dos alunos matriculados, 68% afirmaram ter vontade de continuar os estudos após o cumprimento da pena e metade afirmou ter procurado os estudos para adquirir conhecimento. Nas escolas que funcionam dentro das penitenciárias é oferecido o mesmo currículo e o material didático distribuído da rede estadual.

Os detentos assistem às aulas em salas multisseriadas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), divididas entre os ciclos I e II do ensino fundamental e o ensino médio, além de ensino profissionalizante oferecido no contraturno. Cerca de 900 professores, coordenadores e supervisores da Secretaria da Educação atuam nos presídios.

Segundo a SEE, os detentos têm ensino integral e ficam fora das celas entre 8h e 17h, podendo andar sem algemas no espaço escolar. Cada uma das prisões está subordinada a uma escola da rede. Isso significa que, quando formado, o preso sai com o diploma com o nome da escola. Desde 2012, a legislação prevê que cada 12 horas de estudo (3 dias de aula) corresponda a um dia de remissão de pena.

A SEE assumiu a coordenação das classes prisionais no ano passado e coordena o ensino em 123 presídios e CDPs em São Paulo — de um total de 158 unidades prisionais. As unidades de segurança máxima estão entre aquelas que não oferecem ensino formal aos presos.

A estimativa, segundo Maria Elizabete da Costa, coordenadora de gestão da educação básica da SEE, é de que haja ao menos uma sala em cada um dos presídios do Estado. “Isso depende da infraestrutura dos presídios. A SAP está verificando em quais há espaço para receber salas.”

Até 2012 quem dirigia a educação nas unidades era a SAP. A mudança ocorreu dois anos e meio após uma resolução do Conselho Nacional de Educação definir que a educação nos presídios passasse a ser atribuição direta das secretarias de educação. São Paulo foi um dos últimos Estados a fazer a transferência.

http://veja.abril.com.br/.

Educação no Brasil

Espera-se que a educação no Brasil resolva, sozinha, os problemas sociais do país. No entanto, é preciso primeiro melhorar a formação dos docentes, visto que o desenvolvimento dos professores implica no desenvolvimento dos alunos e da escola.

O processo de expansão da escolarização básica no Brasil só começou em meados do século XX

Ao propor uma reflexão sobre a educação brasileira, vale lembrar que só em meados do século XX o processo de expansão da escolarização básica no país começou, e que o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Com isso posto, podemos nos voltar aos dados nacionais:

O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados (PISA). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação). Professores recebem menos que o piso salarial (et. al., na mídia).

Frente aos dados, muitos podem se tornar críticos e até se indagar com questões a respeito dos avanços, concluindo que “se a sociedade muda, a escola só poderia evoluir com ela!”. Talvez o bom senso sugerisse pensarmos dessa forma. Entretanto, podemos notar que a evolução da sociedade, de certo modo, faz com que a escola se adapte para uma vida moderna, mas de maneira defensiva, tardia, sem garantir a elevação do nível da educação.

Logo, agora não mais pelo bom senso e sim pelo costume, a “culpa” tenderia a cair sobre o profissional docente. Dessa forma, os professores se tornam alvos ou ficam no fogo cruzado de muitas esperanças sociais e políticas em crise nos dias atuais. As críticas externas ao sistema educacional cobram dos professores cada vez mais trabalho, como se a educação, sozinha, tivesse que resolver todos os problemas sociais.

Já sabemos que não basta, como se pensou nos anos 1950 e 1960, dotar professores de livros e novos materiais pedagógicos. O fato é que a qualidade da educação está fortemente aliada à qualidade da formação dos professores. Outro fato é que o que o professor pensa sobre o ensino determina o que o professor faz quando ensina.

O desenvolvimento dos professores é uma precondição para o desenvolvimento da escola e, em geral, a experiência demonstra que os docentes são maus executores das ideias dos outros. Nenhuma reforma, inovação ou transformação – como queira chamar – perdura sem o docente.

É preciso abandonar a crença de que as atitudes dos professores só se modificam na medida em que os docentes percebem resultados positivos na aprendizagem dos alunos. Para uma mudança efetiva de crença e de atitude, caberia considerar os professores como sujeitos. Sujeitos que, em atividade profissional, são levados a se envolver em situações formais de aprendizagem.

Mudanças profundas só acontecerão quando a formação dos professores deixar de ser um processo de atualização, feita de cima para baixo, e se converter em um verdadeiro processo de aprendizagem, como um ganho individual e coletivo, e não como uma agressão.

Certamente, os professores não podem ser tomados como atores únicos nesse cenário. Podemos concordar que tal situação também é resultado de pouco engajamento e pressão por parte da população como um todo, que contribui à lentidão. Ainda sem citar o corporativismo das instâncias responsáveis pela gestão – não só do sistema de ensino, mas também das unidades escolares – e também os muitos de nossos contemporâneos que pensam, sem ousar dizer em voz alta, "que se todos fossem instruídos, quem varreria as ruas?"; ou que não veem problema "em dispensar a todos das formações de alto nível, quando os empregos disponíveis não as exigem".

Enquanto isso, nós continuamos longe de atingir a meta de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade e carregando o fardo de um baixo desempenho no IDEB. Com o índice de aprovação na média de 0 a 10, os estudantes brasileiros tiveram a pontuação de 4,6 em 2009. A meta do país é de chegar a 6 em 2022.

Eliane da Costa Bruini
21 de janeiro de 2014
http://www.brasilescola.com/educacao/educacao-no-brasil.htm

Cidadania

Lei dá poder de polícia a guardas civis do país, mas não prevê articulação

Para especialistas em segurança pública, legislação pode abrir espaço para amplo debate na sociedade, mas incertezas podem piorar cenário atual

28/07/2014 17:06,

São Paulo – Para quem acreditava que duas polícias, a civil e a militar, eram demais, é bom se preparar: uma terceira deve começar a operar em breve. Na verdade, ela já está nas ruas em 993 das 5.570 cidades do país, mas, no último dia 16, o Senado aprovou o Projeto de Lei 39/2014, que dá poderes de polícia às guardas civis municipais. O texto, que só aguarda a sanção da presidenta Dilma Rousseff, estabelece, por exemplo, a obrigatoriedade de formação civil e controle interno e externo das guardas, hoje restrito apenas a 21% das corporações espalhadas pelo país. Por isso, especialistas em segurança pública ouvidos pela RBA acreditam que a lei não é "necessariamente ruim", já que regulamenta a atuação, mas veem como principal desafio a articulação entre municípios, estados e União para a criação de um sistema de segurança pública.

A existência de policiais municipais é comum em países como México, Estados Unidos e Espanha. No Brasil, o projeto tramitou por 11 anos e é uma antiga demanda dos guardas, que se queixam do tratamento de "guardas de praça."

Com o aumento da criminalidade no interior do país, as guardas exercem atividade de polícia em várias pequenas cidades. Muitas delas com padrão de atuação truculento e reprodução dos métodos militares.

Segundo dados do último Perfil dos Municípios Brasileiros, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em mais de um terço das cidades que têm guarda civil, o comando está nas mãos de policiais militares ou bombeiros.

Em 32 cidades, são militares das forças armadas no comando. Com a nova regulamentação, em até quatro anos, todas as guardas municipais do país terão de ser comandadas por GCMs de carreira.

"A PM faz policiamento ostensivo. A Civil investiga. E a GCM vai fazer o quê? Isso não está claro", aponta o vice-presidente do Fórum Nacional de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima.

"Nenhuma instância como as do SUS (Sistema Único de Saúde) foi criada. Nenhuma câmara de decisão, conselho de municípios, para dizer qual é o armamento mais adequado, qual o protocolo de operações, ou de uso da força", pontua. "O desafio posto é: como articular para fazer as guardas serem capazes de contribuir? Ou a lei se trata apenas de autorização para portar uma arma?", questiona Lima.

A lei caracteriza as guardas como "uniformizadas e armadas". Atualmente, os guardas de cidades com mais de 50 mil habitantes podem portar armas durante o serviço. Nas capitais e cidades com população superior a 500 mil pessoas, também estão autorizados a usar fora do expediente.

Em 43,3% das 993 cidades que têm esse tipo de serviço, os guardas andam sem qualquer tipo de armamento e, em 41%, usam apenas armas não letais. O texto ainda enfatiza as corporações como civis, sendo inclusive necessária a formação de centros de treinamento diferentes dos disponíveis para a Polícia Militar, além de determinar que, em até quatro anos após a sanção, os comandantes sejam funcionários de carreira da própria guarda, o que é apontado como positivo.

"A ideia é justamente fugir do modelo das PMs. Isso não significa não ter hierarquia, não ter disciplina. Apenas significa que a instituição presta contas à sociedade e não ao Estado, mas o risco é que, pela falta de articulação, o modelo civil seja visto como pior que o militar, que é o que queremos superar", afirma.

Para Lima, o ideal seria criar instâncias de articulação como as do SUS, que são pactuadas por governo federal, estadual e municípios.

Para a professora do programa de pós-graduação da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, Jaqueline Muniz, a preocupação em relação à criação de mais uma polícia parte de uma falsa questão. "As guardas municipais, desde a criação, eram polícias de fato, conceitualmente falando, mas não de direito. Essa contradição levava a sérios problemas de gestão, estruturação dessas organizações. A regulamentação era fundamental", argumenta.

Ela aponta, no entanto, que toda a segurança pública no país carece também de marcos legais mais claros. "Nós não temos um pacto federativo para a questão da segurança pública que determine quais são as competências exclusivas e partilhadas entre as organizações policiais. Isso faz com que todos atuem com um pé na informalidade e outro na invisibilidade de suas ações. O que é muito ruim", pondera.

Para Jaqueline, a ausência desses marcos tem a ver com a manutenção de polícias submissas e "vulneráveis a mandonismos políticos." Por isso, acredita que a aprovação da lei é uma "boa emenda para um soneto desafinado."

"O problema não está na Guarda Municipal. Ela, assim como a Guarda Nacional, era um ornitorrinco. O problema está nesse limbo que possibilita abusos e mau uso da força", ressalta.

Jaqueline avalia que, em países divididos em unidades federativas, como o Brasil, é "desejável e recomendável" que o poder de polícia esteja distribuído entre os federados. "Para a saúde da democracia, é saudável que não tenha concentração do poder de polícia na mão de poucos. Onde isso ocorreu, houve tentativas de golpe ou guerras", explica.

Contudo, a professora destaca que a municipalização da segurança não significa, exclusivamente, a criação de polícias municipais. "Ela é um recurso a serviço da segurança pública, porém, o processo não se reduz à criação de guardas municipais."

Para o presidente do Sindicato dos Servidores Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo, Giovani Chagas, que é guarda municipal, a lei padroniza a atuação e traz avanços em relação ao policiamento preventivo e comunitário que, na sua opinião, será a função da guarda. No entanto, isso dependerá da "vontade política" de cada cidade. "Em algumas cidades, as guardas já são mais polícia que a polícia, de tão atuantes e armadas que são. Os municípios vão ter que fazer adaptações. As guardas vão ter que seguir um padrão", defende.

Contudo, há também quem aponte que a aprovação da lei abrirá espaço para que se desenhem novos modelos de atuação das polícias. É caso do sociólogo da Universidade de Brasília (UnB) Antônio Testa, que se baseia no argumento de que o texto vai precisar de regulamentação própria em cada cidade.

Testa, no entanto, lembra que a Confederação Nacional de Municípios se posicionou contra a lei, por entender que a maioria das cidades brasileiras não tem como arcar com os custos da implementação de uma guarda.

"A lei prevê um fundo nacional, mas já sabemos que a burocracia e a falta de capacidade de gestão é uma realidade que dificulta para as pequenas cidades." Ele entende que, sancionada a lei, haverá uma demanda crescente para que as cidades assumam a responsabilidade pela segurança e a criação de novos empregos.

"Existe uma sensação de insegurança nas cidades e a população vai exigir mais participação. Se houver essa participação na definição das obrigações, pode ser bom, mas se tiver um coronel (no controle da guarda), isso é um problema."

A avaliação vai na mesma direção do argumento de Renato Sérgio de Lima. "A aprovação pode ser a oportunidade para que os governos federais, estaduais e municipais se articulem em torno de um projeto de modernização. Do contrário, vamos correr um sério risco de piorar ainda mais o que já é ruim

Ciência e tecnologia

A nova Internet

Henrique Subi em 23/abr/2014

O Senado aprovou, sem qualquer alteração, o texto do projeto de lei apelidado de "Marco Civil da Internet", que será sancionado pela Presidenta da República nos próximos dias. Após sessenta dias de sua publicação, a Rede Mundial de Computadores não será mais uma terra sem lei…

Críticas sempre haverá, qualquer que seja a intenção ou a movimentação de qualquer governo em qualquer sentido. O que assusta é a quantidade de insultos propalados nos comentários dos diversos sites de notícias contra a aprovação da lei, dado que, muito provavelmente, essas pessoas não leram seu texto. Argumentos do tipo "se o governo é a favor, não pode ser coisa boa" não são bons argumentos…

A pressa do governo decorre, sobremaneira, do episódio de macroespionagem protagonizado pelos EUA nos últimos meses. A medida pretende impedir, ou ao menos dificultar, esse tipo de conduta, pois proíbe a análise, o monitoramento ou o filtro dos pacotes de dados acessados, salvo por determinação judicial. Ou seja, aumenta-se a proteção de todos (inclusive do governo, claro) em relação a interferências indesejadas no trânsito pela WWW – além de afastar, em tese, a espionagem, softwares de identificação de padrões de comportamento para divulgação de publicidade também serão restritos. Pena que os spams não entraram nessa rodada…

A crítica verdadeiramente pertinente é de ordem política (no sentido técnico, não esse desvirtuado que ronda por aí). O Palácio do Planalto cooptou todos os partidos da base aliada do Senado para barrar qualquer intenção de discussão ou emenda de artigos do projeto pela oposição, garantindo sua aprovação integral e sem qualquer alteração. Primeiro, isso não se faz: diz o art. 2º da Constituição Federal que os Poderes Executivo, Legis-

lativo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si. Essa intervenção é extremamente nefasta, porque o papel de discutir e elaborar as leis cabe precipuamente ao Congresso. Impedir debates e emendas deita por terra a chance de uma lei ainda melhor ser editada. Há grande chance de vivermos alguns efeitos colaterais desse presidencialismo de coalizão que foi instaurado no país desde o século passado (não, não é coisa do PT. Todos os presidentes democraticamente eleitos fizeram isso. Os militares, então, nem se diga – se o Congresso não concordava com a posição do Presidente, fechava-se o Congresso e pronto…).

E por que a pressa, se o projeto tramita no Legislativo há 4 anos? Virou urgente de uma hora para outra? O motivo, mais uma vez, é político. Nessa semana acontece em São Paulo o NETMundial, um fórum que discutirá a composição de órgãos internacionais de controle sobre o registro de endereços na Internet e outras questões técnicas. Nele, pretende-se denunciar o extremo poder exercido pelos EUA nessas questões e sugerir a adoção de um colegiado composto por diversos países. Dilma Rousseff abrirá o evento e queria apresentar a lei aprovada como resultado do esforço do Brasil em garantir uma Internet mais livre e segura para todos.

No mais, vale a pena ler o texto da lei. Nele encontramos medidas que garantem a privacidade do internauta, protegem os provedores contra os abusos cometidos pelos usuários e cria mecanismos que facilitarão a identificação de criminosos (como pedófilos e terroristas). "Ah, mas também identificará quem se manifestar contra o governo!". A lei não serve para isso e caberá ao Poder Judiciário garantir qualquer atentado contra a liberdade de expressão. Mas não custa lembrar que divulgar uma foto de um político qualquer, de qualquer partido, unicamente com os dizeres "canalha, filho da %!*$, ladrão", não é manifestação política nem ato de cidadania – é crime de injúria

Leia o texto aprovado na Câmara sobre Marco Civil da Internet

Portal EBC*26.03.2014 - em 26.03.2014

Marco Civil da Internet foi aprovado pela Câmara nesta terça-feira (25) (Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados)

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (25) o Marco Civil da Internet. O PL 2126/11, do Executivo, disciplina direitos e proibições no uso da internet, assim como define os casos em que a Justiça pode requisitar registros de acesso à rede e a comunicações de usuários. O texto segue agora para o Senado e se for aprovado segue para a sanção presidencial.

O texto teve modificações, que foram formuladas após negociações entre partidos. Um dos pontos do substitutivo foi o fim da exigência do uso de data centers no Brasil para armazenamento de dados. A obrigatoriedade havia sido incluída após as denúncias de espionagem do governo brasileiro, por parte dos Estados Unidos, revelados pelo ex-consultor que prestava serviços à Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês) norte-americana, Edward Snowden. Como forma de punição para a violação das comunicações, ficou assegurado no texto que deverá ser "obrigatoriamente respeitada a legislação brasileira".

Veja abaixo o texto aprovado na Câmara sobre Marco Civil da Internet

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2.126, DE 2011

Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

Art. 2º A disciplina do uso da Internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:

I – o reconhecimento da escala mundial da rede;

II – os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais;

III – a pluralidade e a diversidade;

IV – a abertura e a colaboração;

V – a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VI – a finalidade social da rede.

Art. 3º A disciplina do uso da Internet no Brasil tem os seguintes princípios:

I – garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição;

II – proteção da privacidade;

III – proteção aos dados pessoais, na forma da lei;

IV – preservação e garantia da neutralidade de rede;

V – preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas;

VI – responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei;

VII – preservação da natureza participativa da rede;

VIII - a liberdade dos modelos de negócios promovidos na Internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. Os princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria, ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Art. 4º A disciplina do uso da Internet no Brasil tem os seguintes objetivos:

I – promover o direito de acesso à Internet a todos;

II – promover o acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos;

III – promover a inovação e fomentar a ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e

IV – promover a adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – Internet: o sistema constituído de conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

II – terminal: computador ou qualquer dispositivo que se conecte à Internet;

III – administrador de sistema autônomo: pessoa física ou jurídica que administra blocos de endereço Internet Protocol – IP específicos e o respectivo sistema autônomo de roteamento, devidamente cadastrada no ente nacional responsável pelo registro e distribuição de endereços IP geograficamente referentes ao País;

IV – endereço IP: código atribuído a um terminal de uma rede para permitir sua identificação, definido segundo parâmetros internacionais;

V – conexão à Internet: habilitação de um terminal para envio e recebimento de pacotes de dados pela Internet, mediante a atribuição ou autenticação de um endereço IP;

VI – registro de conexão: conjunto de informações referentes à data e hora de início e término de uma conexão à Internet, sua duração e o endereço IP utilizado pelo terminal para o envio e recebimento de pacotes de dados;

VII – aplicações de Internet: conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à Internet; e

VIII – registros de acesso a aplicações de Internet: conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de Internet a

Art. 6º Na interpretação desta Lei serão levados em conta, além dos fundamentos, princípios e objetivos previstos, a natureza da Internet, seus usos e costumes particulares e sua importância para a promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS

Art. 7º O acesso à Internet é essencial ao exercício da cidadania e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

I – à inviolabilidade da intimidade e da vida privada, assegurado o direito à sua proteção e à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

II – à inviolabilidade e ao sigilo do fluxo de suas comunicações pela Internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei;

III – à inviolabilidade e ao sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;

IV– à não suspensão da conexão à Internet, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização;

V – à manutenção da qualidade contratada da conexão à Internet;

VI – a informações claras e completas constantes dos contratos de prestação de serviços, com detalhamento sobre o regime de proteção aos registros de conexão e aos registros de acesso a aplicações de Internet, bem como sobre práticas de gerenciamento da rede que possam afetar sua qualidade; e

VII – ao não fornecimento a terceiros de seus dados pessoais, inclusive registros de conexão, e de acesso a aplicações de Internet, salvo mediante consentimento livre, expresso e informado ou nas hipóteses previstas em lei;

VIII – a informações claras e completas sobre a coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de seus dados pessoais, que somente poderão ser utilizados para finalidades que:

a) justificaram sua coleta;

b) não sejam vedadas pela legislação; e

c) estejam especificadas nos contratos de prestação de serviços ou em termos de uso de aplicações de Internet.

IX – ao consentimento expresso sobre a coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais, que deverá ocorrer de forma destacada das demais cláusulas contratuais;

X – à exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de Internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei;

XI – à publicidade e clareza de eventuais políticas de uso dos provedores de conexão à Internet e de aplicações de Internet;

XII - à acessibilidade, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, nos termos da Lei; e

XIII - à aplicação das normas de proteção e defesa do consumidor nas relações de consumo realizadas na Internet.

Art. 8º A garantia do direito à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações é condição para o pleno exercício do direito de acesso à Internet.

Parágrafo único. São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que violem o disposto no caput, tais como aquelas que:

I - impliquem ofensa à inviolabilidade e ao sigilo das comunicações privadas pela Internet; ou

II – em contrato de adesão, não ofereçam como alternativa ao contratante a adoção do foro brasileiro para solução de controvérsias decorrentes de serviços prestados no Brasil.

CAPÍTULO III
DA PROVISÃO DE CONEXÃO E DE APLICAÇÕES DE INTERNET

Seção I
Da Neutralidade de Rede

Art. 9º O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

§ 1º A discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República previstas no inciso IV do art. 84 da Constituição Federal, para a fiel execução desta Lei, ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações, e somente poderá decorrer de:

I – requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações; e

II – priorização a serviços de emergência.

§ 2º Na hipótese de discriminação ou degradação do tráfego prevista no § 1º, o responsável mencionado no caput deve:

I – abster-se de causar dano aos usuários, na forma do art. 927 do Código Civil;

II – agir com proporcionalidade, transparência e isonomia;

III – informar previamente de modo transparente, claro e suficientemente descritivo aos seus usuários sobre as práticas de gerenciamento e mitigação de tráfego adotadas, inclusive as relacionadas à segurança da rede; e

IV– oferecer serviços em condições comerciais não discriminatórias e abster-se de praticar condutas anticoncorrenciais.

§ 3º Na provisão de conexão à Internet, onerosa ou gratuita, bem como na transmissão, comutação ou roteamento, é vedado bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados, respeitado o disposto neste artigo.

Seção II
Da Proteção aos Registros, Dados Pessoais e Comunicações Privadas

Art. 10. A guarda e a disponibilização dos registros de conexão e de acesso a aplicações de Internet de que trata esta Lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

§ 1º O provedor responsável pela guarda somente será obrigado a disponibilizar os registros mencionados no caput, de forma autônoma ou associados a dados pessoais ou outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou do terminal, mediante ordem judicial, na forma do disposto na Seção IV deste Capítulo, respeitado o disposto no artigo 7º.

§ 2º O conteúdo das comunicações privadas somente poderá ser disponibilizado mediante ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, respeitado o disposto nos incisos II e III do art. 7º.

§ 3º O disposto no caput não impede o acesso, pelas autoridades administrativas que detenham competência legal para a sua requisição, aos dados cadastrais que informem qualificação pessoal, filiação e endereço, na forma da lei.

§ 4º As medidas e procedimentos de segurança e sigilo devem ser informados pelo responsável pela provisão de serviços de forma clara e atender a padrões definidos em regulamento, respeitado seu direito de confidencialidade quanto a segredos empresariais.

Art. 11. Em qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, dados pessoais ou de comunicações por provedores de conexão e de aplicações de Internet em que pelo menos um desses atos ocorram em território nacional, deverá ser obrigatoriamente respeitada a legislação brasileira, os direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros.

§1º O disposto no caput se aplica aos dados coletados em território nacional e ao conteúdo das comunicações, nos quais pelo menos um dos terminais esteja localizado no Brasil.

§2º O disposto no caput se aplica mesmo que as atividades sejam realizadas por pessoa jurídica sediada no exterior, desde que oferte serviço ao público brasileiro ou pelo menos uma integrante do mesmo grupo econômico possua estabelecimento no Brasil.

§3º Os provedores de conexão e de aplicações de Internet deverão prestar, na forma da regulamentação, informações que permitam a verificação quanto ao cumprimento da legislação brasileira referente à coleta, guarda, armazenamento ou tratamento de dados, bem como quanto ao respeito à privacidade e ao sigilo de comunicações.

§4º Decreto regulamentará o procedimento para apuração de infrações ao disposto neste artigo.

Art. 12. Sem prejuízo das demais sanções cíveis, criminais ou administrativas, as infrações às normas previstas nos artigos 10 e 11 ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções, aplicadas de forma isolada ou cumulativa:

I – advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II – multa de até dez por cento do faturamento do grupo econômico no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, considerados a condição econômica do infrator e o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção;

III – suspensão temporária das atividades que envolvam os atos previstos no artigo 11; ou

IV – proibição de exercício das atividades que envolvam os atos previstos no artigo 11.

Parágrafo único. Tratando-se de empresa estrangeira, responde solidariamente pelo pagamento da multa de que trata o caput sua filial, sucursal, escritório ou estabelecimento situado no País.

Subseção I

Da Guarda de Registros de Conexão

Art. 13. Na provisão de conexão à Internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de um ano, nos termos do regulamento.

§ 1º A responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão não poderá ser transferida a terceiros.

§ 2º A autoridade policial ou administrativa ou o Ministério Público poderá requerer cautelarmente que os registros de conexão sejam guardados por prazo superior ao previsto no caput.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a autoridade requerente terá o prazo de sessenta dias, contados a partir do requerimento, para ingressar com o pedido de autorização judicial de acesso aos registros previstos no caput.

§ 4º O provedor responsável pela guarda dos registros deverá manter sigilo em relação ao requerimento previsto no § 2º, que perderá sua eficácia caso o pedido de autorização judicial seja indeferido ou não tenha sido protocolado no prazo previsto no § 3º.

§ 5º Em qualquer hipótese, a disponibilização ao requerente, dos registros de que trata este artigo, deverá ser precedida de autorização judicial, conforme disposto na Seção IV deste Capítulo.

§ 6º Na aplicação de sanções pelo descumprimento ao disposto neste artigo, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, eventual vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.

Subseção II

Da Guarda de Registros de Acesso a Aplicações de Internet na Provisão de Conexão

Art. 14. Na provisão de conexão, onerosa ou gratuita, é vedado guardar os registros de acesso a aplicações de Internet.

Subseção III

Da Guarda de Registros de Acesso a Aplicações de Internet na Provisão de Aplicações

Art 15. O provedor de aplicações de Internet constituído na forma de pessoa jurídica, que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos, deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de seis meses, nos termos do regulamento.

§ 1º Ordem judicial poderá obrigar, por tempo certo, os provedores de aplicações de Internet que não estão sujeitos ao disposto no caput a guardarem registros de acesso a aplicações de Internet, desde que se tratem de registros relativos a fatos específicos em período determinado.

§ 2º A autoridade policial ou administrativa ou o Ministério Público poderão requerer cautelarmente a qualquer provedor de aplicações de Internet que os registros de acesso a aplicações de Internet sejam guardados, inclusive por prazo superior ao previsto no caput, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 13.

§ 3º Em qualquer hipótese, a disponibilização ao requerente, dos registros de que trata este artigo, deverá ser precedida de autorização judicial, conforme disposto na Seção IV deste Capítulo.

§ 4º Na aplicação de sanções pelo descumprimento ao disposto neste artigo, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, eventual vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.

Art. 16. Na provisão de aplicações de Internet, onerosa ou gratuita, é vedada a guarda:

I - dos registros de acesso a outras aplicações de Internet sem que o titular dos dados tenha consentido previamente, respeitado o disposto no art. 7º; ou

II – de dados pessoais que sejam excessivos em relação à finalidade para a qual foi dado consentimento pelo seu titular.

Art. 17. Ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei, a opção por não guardar os registros de acesso a aplicações de Internet não implica responsabilidade sobre danos decorrentes do uso desses serviços por terceiros.

Seção III

Da Responsabilidade por Danos Decorrentes de Conteúdo Gerado por Terceiros

Art. 18. O provedor de conexão à Internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de Internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

§ 1º A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.

§ 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a diretos conexos depende de previsão legal específica, que deverá respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal.

§ 3º As causas que versem sobre ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos disponibilizados na Internet relacionados à honra, à reputação ou a direitos de personalidade bem como sobre a indisponibilização desses conteúdos por provedores de aplicações de Internet poderão ser apresentadas perante os juizados especiais.

§ 4º O Juiz, inclusive no procedimento previsto no § 3º, poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na Internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Art. 20. Sempre que tiver informações de contato do usuário diretamente responsável pelo conteúdo a que se refere o art. 19, caberá ao provedor de aplicações de Internet comunicar-lhe os motivos e informações relativos à indisponibilização de conteúdo, com informações que permitam o contraditório e a ampla defesa em juízo, salvo expressa previsão legal ou salvo expressa determinação judicial fundamentada em contrário.

Parágrafo único. Quando solicitado pelo usuário que disponibilizou o conteúdo tornado indisponível, o provedor de aplicações de Internet que exerce essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos, substituirá o conteúdo tornado indisponível, pela motivação ou pela ordem judicial que deu fundamento à indisponibilização.

Art. 21. O provedor de aplicações de Internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, vídeos ou outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.

Parágrafo único. A notificação prevista no caput deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido.

Seção IV
Da Requisição Judicial de Registros

Art. 22. A parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal, em caráter incidental ou autônomo, requerer ao juiz que ordene ao responsável pela guarda o fornecimento de registros de conexão ou de registros de acesso a aplicações de Internet.

Parágrafo único. Sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade:

I – fundados indícios da ocorrência do ilícito;

II – justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória; e

III – período ao qual se referem os registros.

Art. 23. Cabe ao juiz tomar as providências necessárias à garantia do sigilo das informações recebidas e à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem do usuário, podendo determinar segredo de justiça, inclusive quanto aos pedidos de guarda de registro.

CAPÍTULO IV
DA ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO

Art. 24. Constituem diretrizes para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no desenvolvimento da Internet no Brasil:

I – estabelecimento de mecanismos de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com a participação do governo, do setor empresarial, da sociedade civil e da comunidade acadêmica;

II – promoção da racionalização da gestão, expansão e uso da Internet, com participação do Comitê Gestor da Internet no Brasil;

III – promoção da racionalização e da interoperabilidade tecnológica dos serviços de governo eletrônico, entre os diferentes Poderes e níveis da federação, para permitir o intercâmbio de informações e a celeridade de procedimentos;

IV – promoção da interoperabilidade entre sistemas e terminais diversos, inclusive entre os diferentes níveis federativos e diversos setores da sociedade;

V – adoção preferencial de tecnologias, padrões e formatos abertos e livres;

VI – publicidade e disseminação de dados e informações públicos, de forma aberta e estruturada;

VII – otimização da infraestrutura das redes e estímulo à implantação de centros de armazenamento, gerenciamento e disseminação de dados no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a difusão das aplicações de Internet, sem prejuízo à abertura, à neutralidade e à natureza participativa;

VIII – desenvolvimento de ações e programas de capacitação para uso da Internet;

IX – promoção da cultura e da cidadania; e

X – prestação de serviços públicos de atendimento ao cidadão de forma integrada, eficiente, simplificada e por múltiplos canais de acesso, inclusive remotos.

Art. 25. As aplicações de Internet de entes do Poder Público devem buscar:

I – compatibilidade dos serviços de governo eletrônico com diversos terminais, sistemas operacionais e aplicativos para seu acesso;

II – acessibilidade a todos os interessados, independentemente de suas capacidades físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais, mentais, culturais e sociais, resguardados os aspectos de sigilo e restrições administrativas e legais;

III – compatibilidade tanto com a leitura humana quanto com o tratamento automatizado das informações;

IV – facilidade de uso dos serviços de governo eletrônico; e

V – fortalecimento da participação social nas políticas públicas.

Art. 26. O cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável da Internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção de cultura e o desenvolvimento tecnológico.

Art. 27. As iniciativas públicas de fomento à cultura digital e de promoção da Internet como ferramenta social devem:

I – promover a inclusão digital;

II – buscar reduzir as desigualdades, sobretudo entre as diferentes regiões do País, no acesso às tecnologias da informação e comunicação e no seu uso; e

III – fomentar a produção e circulação de conteúdo nacional.

Art. 28. O Estado deve, periodicamente, formular e fomentar estudos, bem como fixar metas, estratégias, planos e cronogramas referentes ao uso e desenvolvimento da Internet no País.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. O usuário terá a opção de livre escolha na utilização de programa de computador em seu terminal para exercício do controle parental de conteúdo, entendido por ele como impróprio a seus filhos menores, desde que respeitados os princípios desta Lei e da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público, em conjunto com os provedores de conexão e de aplicações de Internet e a sociedade civil, promover a educação e fornecer informações sobre o uso dos programas de computador previstos no caput, bem como para a definição de boas práticas para a inclusão digital de crianças e adolescentes.

Art. 30. A defesa dos interesses e direitos estabelecidos nesta Lei poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma da lei.

Art. 31. Até a entrada em vigor da lei específica prevista no § 2º do art. 19, a responsabilidade do provedor de aplicações de Internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, quando se tratar de infração a direitos de autor ou a direitos conexos, continuará a ser disciplinada pela legislação autoral em vigor aplicável na data da entrada em vigor desta Lei.

Art. 32. Esta Lei entrará em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Brasília-DF, em ____ de __________ de 2014.

Deputado ALESSANDRO MOLON

Relator

http://www.ebc.com.br/tecnologia/2014/03/veja-o-texto-aprovado-na-camara-sobre-marco-civil-da-internet

http://www.estudeatualidades.com.br/2014/04/a-nova-internet/

Final da Copa do Mundo FIFA de 2014

A final da Copa do Mundo FIFA de 2014 foi realizada em 13 de julho no estádio Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro Foi a segunda final de mundial disputada no estádio após a definição da Copa do Mundo FIFA de 1950 entre Brasil e Uruguai, vencida pelos uruguaios por 2 a 1.

Foi disputada entre Alemanha e Argentina, em partida que repetiu decisões de duas edições anteriores de Copa do Mundo (em 1986 com vitória argentina e em 1990 com vitória alemã) e tornando-se a final mais repetida da história. Foi também a segunda vez que uma seleção se tornou finalista com mais do que o dobro do número de gols marcado pelo rival na campanha (a outra foi em 1990). No geral esta foi a oitava final da Alemanha e a quinta da Argentina.

A Alemanha conquistou o título pela quarta vez, a primeira após a reunificação, após vencer o jogo por 1–0 na prorrogação Foi a primeira conquista de uma equipe europeia no continente sul-americano.

Performances dos finalistas

Alemanha

A Seleção Alemã estreou na competição com uma goleada de 4–0 contra Portugal na Arena Fonte Nova, Salvador. No segundo jogo pela fase de grupos empatou com Gana por 2–2 na Arena Castelão. Terminou essa fase ganhando de 1–0 dos Estados Unidos na Arena Pernambuco, em Recife. Nas oitavas de final, teve dificuldades contra a Argélia, ganhando de 2–1 após a prorrogação no Estádio Beira-Rio. Nas quartas de final venceu a França por 1–0 no Estádio do Maracanã,Rio de Janeiro. Nas semifinais enfrentou os anfitriões do Brasil no Estádio Mineirão, em Belo Horizonte, e venceu por um expressivo 7–1.

Argentina

A Seleção Argentina estreou na competição com um placar de 2–1 contra a estreante seleção da Bósnia e Herzegovina noEstádio do Maracanã, Rio de Janeiro. No segundo jogo pela fase de grupos ganhou de 1–0 do Irã no Estádio Mineirão, garantindo a vaga nas oitavas de final. Terminou essa fase ganhando de 3–2 da Nigéria no Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre. Nas oitavas, teve dificuldades contra a Suíça, ganhando de 1–0 após a prorrogação na Arena de São Paulo Nas quartas de final venceu a Bélgica por 1–0 no Estádio Nacional Mané Garrincha, Brasília. Nas semifinais enfrentou a seleção dos Países Baixos novamente na Arena de São Paulo, mantendo o empate sem gols no tempo normal de jogo e na prorrogação e ganhando de 4–2 na disputa por pênaltis

Götze marca o gol da vitória da Alemanha na final da Copa do Mundo, no Maracanã. Marcello Casal Jr/

Cerimônia de Encerramento

Alegorias utilizadas durante a Cerimônia de Encerramento.

As 14h20, iniciou-se a Cerimônia de Encerramento da Copa. 30 casais de Mestre-Sala e Porta-Bandeira, símbolos do Carnaval carioca, entraram no estádio carregando as bandeiras dos trinta países participantes da Copa, e eliminados até o momento. Por fim, entraram os casais representantes dos dois países finalistas, que dançaram ao redor de uma Porta-Bandeira em vestes douradas, representando a Taça do campeão. A bateria da Grande Rio, Shakira e Carlinhos Brown executaram a canção "La La La", da colombiana. Em seguida, o rapper haitiano Wyclef Jean, o guitarrista mexicano Carlos Santana e o cantor Alexandre Pires cantaram "Dar Um Jeito (We Will Find a Way)", música feita especialmente para essa Final.Ivete Sangalo também subiu ao palco, acompanhado da mascote Fuleco, para cantar um conjunto de seus maiores sucessos. A cerimônia terminou com, todos juntos, cantando o samba-enredo "Explode Coração", do Salgueiro O protocolo oficial da Final iniciou-se com a supermodelo Gisele Bündchen, junto do jogador espanhol e então campeão do mundo Carles Puyol, apresentarndo o troféu ao mundo

Copa do Mundo 2014

Os prós e os contras de sediar o megaevento

À medida que o país se aproxima da realização da "Copa do Mundo FIFA 2014", inúmeras preocupações e graves desafios sociais têm vindo à tona. As manifestações ocorridas em todo o país no ano passado, quando da realização da "Copa das Confederações", evento teste e preparatório para a "Copa do Mundo 2014", ainda se fazem bastante presentes na memória da população brasileira, bem como na mídia internacional, haja vista terem sido acentuadamente divulgadas mundo afora. Outrossim, o fato de o ano de 2014 ser de grande importância para o Brasil, visto ser este um ano de eleições presidenciais, torna a conjuntura ainda mais delicada, o que pode ser mais um fator de preocupação para sociedade brasileira, tendo em vista o descontentamento cada vez mais acentuado de grande parte da população com os problemas sociais existentes e o descaso da classe política para com estes. Eis, então, o cenário que o início de 2014 apresenta.

Por outro lado, é sabido que o império do futebol não conhece limites nem fronteiras e, fruto da expansão capitalista inglesa, este se difundiu de forma a contemplar a totalidade do mundo em que vivemos, sendo, por isso, o esporte mais praticado em todo o planeta. Consequentemente, o futebol se torna um excelente produto, de plena aceitação no mercado e capaz de movimentar um montante de capital sem precedentes. Não pairam dúvidas quanto à indústria do futebol ser uma das mais ricas, empregando, de forma direta e indireta, milhares de pessoas, em um mercado de trabalho cada vez mais diversificado e competitivo. Desta forma, transnacionais como Nike, Adidas e outras empresas que atuam no segmento esportivo auferem ganhos extraordinários na economia mundial e, muitas vezes, chegam a influenciar a política interna dos países nas quais atuam, contando com a anuência das próprias leis nacionais. E não nos esqueçamos do grande aliado do futebol nessa dinâmica: a televisão, que com a difusão das competições futebolísticas contribuiu, decisivamente, para o aumento da rentabilidade do produto futebol.

Nesse contexto, é essencial analisar os possíveis impactos gerados no Brasil por sediar o megaevento, levando-se em consideração que a economia do país apresenta uma grande demanda por investimentos, os quais podem ser fruto de capitais provenientes da indústria futebolística e de outros setores que se desenvolvem por conta da "Copa do Mundo de 2014", ocasião em que – não apenas durante o período do megaevento mas também desde todos os preparativos para a realização do mesmo – as luzes e holofotes internacionais encontram-se voltados para o país, fato que pode ser positivo ou negativo para o Brasil como um todo. No caso da "África do Sul", país sede da "Copa do Mundo de 2010", levantamentos apontam que, apesar desta ter sido a Copa mais lucrativas de todas até o momento, o megaevento gerou um aumento de apenas 0,5% no seu PIB.

Que para projeção da imagem externa de um país os sucessos no campo esportivo são por demais importantes, este é um fato irrefutável. Contudo, cabe aqui discutir se para o país que sedia uma "Copa do Mundo" as vantagens e ganhos daí originados são capazes de suplantar quaisquer problemas que possam vir a surgir

e se, realmente, os ganhos econômicos advindos são maiores do que as perdas. Não obstante, deve-se ter em mente que se por um lado, sediar uma "Copa do Mundo" traz investimentos internos, novos empregos, melhorias na infraestrutura do país e crescimento econômico, por outro, cabe não negligenciar o fato de que, na maioria das vezes, este é um projeto que atende, apenas, aos interesses de uma minoria da sociedade, sem levar em conta outras prioridades mais urgentes que são postas de lado. Ademais, cabe ressaltar que o dinheiro público deve, sempre, ser utilizado visando o interesse da coletividade e não aspirações partidárias ou interesses corporativistas. Este questionamento assume grande relevância ao se analisar a realidade brasileira e se atentar para os inúmeros problemas existentes em nosso país, os quais, infelizmente, a maioria dos governantes prefere ignorar, especialmente os relacionados ao déficit habitacional, ao descaso para com a saúde pública, à corrupção, ao baixo nível educacional da população brasileira, à destruição do meio ambiente e a tantos outros problemas que são, sem sombra de dúvida, mais importantes para a população brasileira do que sediar uma "Copa do Mundo de Futebol". Até porque, salvo em casos especiais, a população comum não terá acesso algum aos estádios que foram construídos ou reformados com parcela substancial de dinheiro público, visto que o valor dos ingressos, por ser extremamente elevado, não cabe no orçamento da grande maioria da população brasileira.

Destarte, o que aqui se procura abordar é se é realmente viável economicamente para oBrasil sediar a "Copa do Mundo de 2014", conclusão esta que, já antecipando, está longe de unanimidade e, por isso mesmo, torna este um excelente exercício de reflexão. Em primeiro lugar, cumpre registrar que a organização de uma competição esportiva dessa magnitude envolve agentes privados e agentes públicos e, por mais que os lucros provenientes dos recursos econômicos investidos se tornem presentes, estes podem ser destinados apenas aos agentes privados. Feita esta observação, cabe analisarmos alguns aspectos econômicos bastante relevantes que embasam esta reflexão.

Pode-se constatar que, diante de uma "Copa do Mundo", a construção, a ampliação ou mesmo a remodelação das instalações esportivas se tornam necessárias, impulsionando o setor de construção civil. Desta forma, o país-sede se compromete a cumprir uma série de exigências – o denominado "Caderno de Encargos da FIFA" – as quais são condicionantes para o sucesso da empreitada. São as chamadas obras de infraestrutura. Importante ressaltar que estas obras acabam criando empregos, contribuindo para o aumento da demanda agregada da economia e, de forma clara, impulsionam o crescimento do setor de construção civil. Em contrapartida, na medida em que grande parte do capital a ser investido na ampliação e construção das instalações esportivas é proveniente do setor público e não do setor privado, o dinheiro que poderia ser investido em outras áreas prioritárias é redirecionado para obras de infraestrutura para a "Copa do Mundo". Em adição, conforme ocorreu na "África do Sul", com o término da competição muitos se veem diante de instalações que não terão utilidade alguma no futuro, os chamados "elefantes brancos". Outrossim, tais investimentos em instalações esportivas efetuados pelo governo e a promoção destes acaba por desviar a atenção acerca de outros fatos mais importantes como, por exemplo, políticas sociais. No Brasil, o caso concreto seria a retirada arbitrária das comunidades carentes que vivem nas proximidades do futuro estádio de futebol na localidade de Itaquera, em São Paulo: enquanto são investidos milhões na construção do estádio, a população carente é completamente negligenciada pelo governo.

Ainda tendo como exemplo a realidade da economia brasileira, diversas obras de infraestrutura que vêm sendo realizadas já foram paralisadas devido a suspeitas de superfaturamento, desvio de verbas, greves por melhores condições de trabalho e por graves acidentes. Os próprios estádios que estão sendo construídos ou reformados já ultrapassaram, em muito, o valor inicialmente orçado, sem contar que os gastos efetuados na reforma do "Estádio do Maracanã" possibilitariam construir dois novos estádios de altíssimo padrão mundial na Europa.

Outro ponto a ser considerado é o que diz respeito à afluência de turistas ao Brasil durante a realização da "Copa do Mundo". Se, por um lado, isto fará com que o setor de turismo seja beneficiado e mais divisas estrangeiras sejam obtidas, por outro, o excesso de demanda ocasionado pelo elevado número de turistas estrangeiros no país poderá provocar uma acentuada alta de preços internos, pressionando a taxa de inflação, no caso de a estrutura econômica do país não ter capacidade para suprir o excesso de demanda gerado. Além do mais, deve-se levar em consideração que esse excesso de demanda pode pressionar positivamente os salários da economia, o que geraria impactos tanto na taxa de inflação quanto na rentabilidade de outros setores da economia.

A se ressaltar, também, que a própria expectativa dos agentes (públicos e/ou privados) com relação aos efeitos econômicos provenientes da competição esportiva pode provocar alterações significativas em algumas variáveis macroeconômicas, tais como o consumo e o PIB. Isso ocorre na medida em que uma visão pessimista acerca do sucesso na organização da competição pode causar um pequeno impacto no consumo, investimento e, consequentemente, no PIB brasileiro, ainda mais tendo em vista ser 2014, por conta das eleições presidenciais, um ano com uma potencial e crescente pressão inflacionária. Adicionalmente, o prestígio que o país adquire ao ser escolhido para sediar a competição pode se tornar, diante de algum problema grave ocorrido no decorrer da mesma, uma propaganda extremamente negativa que, sem embargo, irá causar graves danos à economia deste país.

Por fim – sintetizando esta pequena explanação dos prós e dos contras vivenciados pelo Brasil, sede da "Copa do Mundo de 2014" –, um quadro no qual se pode identificar alguns aspectos econômicos diretos e indiretos e como estes se apresentam, seja de forma positiva ou negativa, para a economia do país, será por demais pertinente e esclarecedor para a melhor compreensão possível desta análise.

Aspectos econômicos diretos

Aspectos positivos	Aspectos negativos
Construção, ampliação e remodelação de instalações esportivas	Altos custos oriundos de tais obras Risco de um planejamento inadequado Risco de gerar "**elefantes brancos**" Desvio de atenção e de recursos que deveriam estar sendo direcionados a áreas potencialmente mais prioritárias, como Saúde, Habitação, Saneamento e Educação
Construção e melhorias provenientes de obras de infraestrutura	Altos custos oriundos de tais obras, devido a superfaturamentos e desvios de verbas
Aumento da eficiência dos transportes públicos	Muitas vezes pode apenas mascarar a realidade corrente
Impulso ao crescimento do setor de construção	Risco de alta generalizada dos custos de construção, a qual pode vir a afetar outros setores da economia
Gastos de turistas que adentram o país para a Copa	Risco de inflação generalizada se a estrutura econômica do país não suporta, adequadamente, o excesso de demanda ocasionado Alteração na agenda de turistas mais frequentes e empresários de outros setores, os quais preferem evitar o excesso de pessoas e os preços excessivamente elevados de hotelaria
Maior entrada de investimentos estrangeiros	Condicionantes que atentam contra a soberania do país

Aspectos econômicos indiretos

Aspectos positivos	Aspectos negativos
Melhora na expectativa de desempenho econômico	Pressão que pode levar governos a mascarar dados econômicos
Aumento da produtividade da economia, gerado pelo sentimento de orgulho nacional e esforços para o sucesso do evento	Perda da produtividade da economia durante o evento, em função do excessivo número de feriados
Publicidade do país como destino turístico	Alto risco de uma má publicidade no caso de a organização da competição ser um fracasso

Em suma, estes são os aspectos econômicos considerados por parcela significativa de analistas como sendo relevantes para a análise sobre ser economicamente viável ou não a realização de um evento esportivo de tamanha magnitude no Brasil. Cabe analisá-los e refletir sobre a atual situação brasileira.

http://www.jornal.ceiri.com.br/copa-do-mundo-2014--os-pros-e-os-contras-de-sediar-o-megaevento

Argumentos para continuar protestando contra a Copa do Mundo no Brasil

por Comitê Popular da Copa de São Paulo — publicado 04/02/2014 – André Peniche/CartaCapital

Após a primeira grande manifestação do ano contra a Copa do Mundo no Brasil, ganhou corpo na internet uma campanha orquestrada para desqualificar os que criticam a realização do megaevento

Protesto contra a Copa do Mundo no centro de São Paulo

Desde 25 de janeiro, após a primeira grande manifestação do ano contra a Copa do Mundo no Brasil, ganhou corpo na internet uma campanha orquestrada para desqualificar os que criticam a realização do megaevento.

Um vocabulário sinistro povoou textos em blogs, sites de notícias e postagens nas redes sociais que se prestaram ao nefasto serviço. Termos como "bandidos", "fascistas" e até "terroristas" foram usados para classificar manifestantes, em uma flagrante demonstração de má fé e irresponsabilidade. Até a presidenta da República surgiu com uma declaração de que protestar contra a Copa é "ter uma visão pequena do Brasil".

Houve ainda quem apelasse para o nacionalismo, acusando os que são contra a Copa de serem contra o país. Impossível não lembrar, nesse raciocínio, do governo Médici e o chavão ufanista "Brasil: Ame-o ou Deixe-o", empregado a quatro cantos durante um dos períodos mais repressivos da Ditadura.

No entanto, a estratégia de desqualificar manifestantes e manifestações tem pernas curtas. Tudo porque, infelizmente, os legados negativos da Copa são gritantes demais para serem apagados, e se apresentam como quase que uma inesgotável fonte para mais protestos.

Aos que não os veem (ou não querem ver), porém, gostaríamos de abrir os olhos.

A Copa das Remoções

A Ancop (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa) estimou que 250 mil pessoas foram ou serão removidas de suas casas no Brasil, em razão de obras justificadas pela realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Há dificuldade em encontrar o número exato de pessoas afetadas pelas remoções, pois o poder público das cidades-sede frequentemente se nega ou diz não ter informações sobre os despejos.

O dossiê "Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil", produzido pela Ancop, aponta que:

"As estratégias utilizadas uniformemente em todo o território nacional se iniciam quase sempre pela produção sistemática da desinformação, que se alimenta de notícias truncadas ou falsas, a que se somam propaganda enganosa e boatos. Em seguida, começam a aparecer as ameaças. Caso se manifeste alguma resistência, mesmo que desorganizada, advém o recrudescimento da pressão política e psicológica. Ato final: a retirada dos serviços públicos e a remoção violenta".

As Nações Unidas, em sua revisão periódica universal de 2012, também questionaram a violação de direitos humanos na preparação da Copa de 2014, sobretudo no que diz respeito aos despejos forçados.

Portanto, em nome da Copa do Mundo, graves violações de direitos humanos foram e estão sendo cometidas. Comunidades inteiras foram e estão sendo riscadas do mapa, desorganizando a vida de milhares de pessoas, destruindo laços comunitários de décadas e criando traumas psicológicos permanentes. Tudo no decorrer de processos marcados pela verticalidade, truculência e falta de transparência do poder público.

A Copa dos Elefantes Brancos

De acordo com a ONG "Contas Abertas", pelo menos quatro dos 12 estádios construídos e/ou reformados para a Copa vão se transformar em elefantes brancos – isto é, obras caras, vultosas, mas subutilizáveis.

Os estádios de Brasília, Cuiabá, Manaus e Natal não deverão sair por menos que 2,8 bilhões de reais no total. Parte da verba será financiada via BNDES, que tem na sua composição verbas oriundas do Tesouro Nacional e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – públicas, portanto. Outra parte será composta diretamente por dinheiro público, através de aporte dos governos estaduais. Em todas essas cidades, os estádios serão grandes (e caros) demais para locais com histórico de partidas de futebol com públicos pequenos.

Por exemplo, o estádio Mané Garrincha, em Brasília, tem capacidade máxima para 71 mil pessoas. A contradição salta aos olhos quando olhamos para o público do primeiro jogo da final do campeonato brasiliense do ano passado: parcos 1.956 pagantes. O mesmo cenário se repete nas outras três cidades mencionadas.

Chegamos ao ponto de em Manaus, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, ligado ao Tribunal de Justiça do Amazonas, aventar a hipótese de transformar o recém-construído estádio em um 'presídio' temporário.

Desta forma, não é difícil concluir que, passada a Copa, todos os quatro estádios deverão ficar vazios – fato que se configura em um bilionário descaso com o dinheiro público.

A Copa da Exploração Sexual

Em um país onde reina a pobreza e a cultura do machismo, a realização da Copa do Mundo, com a consequente chegada de milhares de turistas, só fará aquecer ainda mais as redes de aliciamento que se beneficiam do mercado da exploração sexual .

Um estudo da fundação francesa Scelles comprova que as grandes competições internacionais permitem que as redes criminosas "aumentem a oferta" de pessoas que são prostituídas. Na África do Sul, por exemplo, o número estimado aumentou de 100 para 140 mil, durante o megaevento de 2010.

O Brasil possui um dos maiores níveis de exploração sexual infanto-juvenil do mundo. De acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, uma rede de organizações não-governamentais, estima-se que existam 500 mil crianças e adolescentes na indústria do sexo no Brasil (dados de 2012). Este índice tende a crescer ainda mais com a Copa de 2014. Em março de 2012, foi denunciado o site "Garota Copa Pantanal 2014 que publicava vídeos e fotos de garotas menores de 18 anos em posições sensuais e com camisetas promocionais alusivas ao torneio de futebol.

Mas tais impactos começaram antes mesmo dos primeiros turistas chegarem para os jogos. Há denúncias do aumento de exploração sexual, incluindo crianças e adolescentes, nos arredores dos estádios e das grandes obras urbanas da Copa, divulgadas recentemente no jornal britânico "Mirror", que revelou que garotas de 11 a 14 anos estão se prostituindo na região do Itaquerão, Zona Leste de São Paulo.

Apesar da exploração sexual ter sido elencada entre as preocupações das autoridades brasileiras com a realização do megaevento, pouco foi efetivado em termos de políticas públicas preventivas ou de combate ao tráfico de mulheres até o momento.

No estado da Bahia, o terceiro em número de denúncias de violência sexual, apenas em dezembro de 2013 se divulgou uma campanha com o título "Fim da Prostituição e do Tráfico Infantil". Além disso, as poucas campanhas realizadas até agora são relacionadas ao público infantil, campanhas estas que são mais aceitas pela sociedade e provocam adesão no combate.

Todavia, campanhas relacionadas a públicos estigmatizados, como mulheres e travestis, não recebem a devida ênfase, omitindo-se assim o fato de que se tratam de vítimas das condições sociais que as levaram à prostituição. Isso nos remete ao histórico de violação de direitos que perpassa até mesmo os planejamentos das políticas públicas.

Ativistas e organizações que combatem a exploração de pessoas indicam que o assunto não é prioridade para os governos, que continuam reprimindo as trabalhadoras e trabalhadores do ramo ao invés de desenvolver políticas públicas de prevenção à exploração sexual, dando-lhes outras condições e alternativas de sobrevivência. Políticas deveriam ter sido intensificadas logo que o país foi eleito sede da Copa do Mundo, o que não ocorreu.

É valido ressaltar que campanhas de combate à exploração sexual, até então, pouco tem se relacionado ao nome da Fifa. Será que esse é mais um requisito para trazer o torneio ao Brasil? Assim como é exigido a outras corporações, a Fifa também deveria cumprir leis de responsabilidade social, como, por exemplo, campanhas e ações na área do combate à exploração sexual, dados os inúmeros alertas e fatos que comprovam que o Mundial intensifica esse sombrio mercado.

A Copa do Fim da Soberania

Para poder receber a Copa do Mundo, o governo brasileiro resolveu abrir mão da soberania do país, que em tese estaria garantida no artigo 1º da Constituição Federal. Fez isso ao oferecer, ao longo do tempo, uma série de garantias à Fifa nas quais se compromete em acatar todas as demandas impostas pela entidade.

Dessa forma, em 2012, foi sancionada a Lei Geral da Copa, que flexibiliza a legislação nacional e cria zonas de exceção nas cidades-sede.

A lei dá à Fifa a prerrogativa de estabelecer em torno dos eventos esportivos e da FanFest uma área com um raio de até 2 quilômetros onde somente patrocinadores oficiais poderão comercializar produtos. Estabelecimentos comerciais regulares não seriam impedidos de abrir as portas, mas trabalhadores ambulantes – que em São Paulo totalizam cerca de 138 mil pessoas – fatalmente serão reprimidos e impedidos de trabalhar.

A Fifa conseguiu ainda fazer com que o Estado brasileiro criasse novas tipificações penais. A Lei Geral da Copa prevê pena de três meses a um ano para os que usarem de forma indevida (isto é, com fins comerciais) símbolos relacionados ao evento, nacionais e culturais. Isto significa que palavras como "Mundial", "Copa", "Brasil", "Canarinho", entre tantos outros, ficam nas mãos da Fifa e de suas empresas parceiras para exploração comercial exclusiva.

Esses novos crimes ainda serão julgados por tribunais de exceção a serem instalados no entorno dos estádios. Nestes locais, o julgamento será conduzido de forma rápida e com penas mais duras, prejudicando o direito à ampla defesa – um dos direitos penais mais básicos de qualquer democracia .

Por fim, é preciso ainda lembrar que a Lei Geral da Copa concede à Fifa e a suas empresas parceiras isenção total de todos os impostos brasileiros, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Estimativas do próprio governo brasileiro apontam uma economia à entidade de 1 bilhão de reais em razão da desoneração fiscal].

Não à toa, a Copa do Mundo no Brasil deve ser a mais lucrativa da história da Fifa. Segundo a própria entidade, que em tese não tem fins lucrativos, o megaevento deve render 10 bilhões de reais aos seus cofres.

A Copa da Elitização

Para poder receber a Copa do Mundo, governos e clubes foram obrigados a construir e reformar estádios obedecendo a um "padrão Fifa de qualidade". Isto significou que estádios deixam de ser "estádios" e passam a ser chamados de "arenas", onde tudo é de última geração: do telão que mostra os lances do jogo ao estofado das cadeiras.

A princípio tratam-se de novidades positivas, mas que só resistem ao nível da aparência. Na prática, há um trágico efeito colateral em curso: os custos das novas arenas são embutidos no preço dos ingressos, que ficam mais caros, gerando uma pérfida elitização do futebol.

A consultoria BDO divulgou um estudo que abrangeu as nove primeiras rodadas do Brasileirão de 2013. Em um primeiro momento, foi analisado o preço dos ingressos para partidas realizadas nas novas arenas reformadas para a Copa das Confederações. Em seguida, verificou-se o preço dos ingressos para partidas realizadas nos estádios antigos. O resultado apontou que os ingressos nas novas arenas foram em média 119% mais caros que os nos estádios antigos.

Com as arenas, espaços tradicionais da torcida brasileira, como as gerais e as arquibancadas, são extintos ou reduzidos. Em seu lugar se instalam lojas e estabelecimentos comerciais. Surge assim o "torcedor-consumidor", caracterizado pelo pouco envolvimento na política e dia-a-dia de seu time, e que vai ao estádio assistir a uma partida assim como vai ao cinema de um shopping center.

Nesse processo que veste o manto do capital imobiliário e especulativo, parcelas mais pobres da sociedade são excluídas e impossibilitadas de acompanhar *in loco* jogos do esporte mais popular do país.

A Copa da Repressão

Mais preocupante que a campanha orquestrada para desqualificar os que criticam a Copa é o movimento orquestrado pelo Estado brasileiro para expandir o aparato repressivo visando sufocar protestos durante o megaevento – e muito provavelmente, depois. Este movimento tem atuado em duas frentes: uma legislativa e outra ostensiva (policial e militar).

O projeto de lei 728/2011, de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB), pretende tipificar o crime de terrorismo no Brasil. Atualmente em trâmite no Senado, caso seja aprovado, este projeto criará um subterfúgio jurídico para que tribunais possam enquadrar movimentos sociais e manifestantes que supostamente promovam a ação direta como recurso durante manifestações.

Já na frente ostensiva, o cenário é ainda mais chocante. O governo federal já gastou quase 50 milhões de reais em armamento menos letal, que inclui granadas de todos os tipos, armas de choque elétrico e balas de borracha. Uma tropa de choque especial com 10 mil homens também foi criada para atuar nacionalmente nas cidades-sede da Copa.

Em São Paulo, a Polícia Militar avisou que vai adquirir caminhões que lançam jato d'água para conter manifestantes. Trata-se dos mesmos caminhões que foram largamente usados para reprimir manifestações populares na Turquia e no Chile.

Um batalhão especial, formado por 413 policiais militares, também foi criado pelo governo paulista com a função de fazer o "controle de distúrbios civis e antiterrorismo".

Mas assombroso mesmo é o manual publicado pelo Ministério da Defesa em dezembro último, intitulado "Garantia da Lei e da Ordem", que atualiza orientações para a atuação das Forças Armadas no país.

No texto, "movimentos ou organizações" são classificados como "forças oponentes", assim como qualquer pessoa ou organização que esteja obstruindo vias de acesso, "provocando ou instigando ações radicais e violentas".

Na lista de principais ameaças estão "bloqueios de vias públicas de circulação", "depredação do patrimônio público e privado", "paralisação de atividades produtivas" e "invasão de propriedades e instalações rurais ou urbanas, públicas ou privadas".

As Forças Armadas devem estar nas ruas durante a realização Copa do Mundo, assim como estiveram durante a Copa das Confederações.

Que "Copa das Copas" é essa que precisa do exército nas ruas para acontecer?

A Copa dos Protestos

Diante de tantas arbitrariedades, violações de direitos humanos, processos de exclusão social, apropriação do patrimônio público, entre outras várias mazelas, protestar contra a realização da Copa da Fifa no Brasil não só é legítimo – é também um dever. Portanto, não se deixe intimidar por discursos embevecidos por um patriotismo cego e anacrônico ou ainda por artigos escritos por gente cujo verdadeiro compromisso é com determinada agremiação política ou com o próprio bolso.

Enquanto políticos e articulistas desqualificam, a atuação do aparato militar contra manifestações recrudesce, fato que ficou claro no protesto do último dia 25 de janeiro, quando o manifestante Fabrício Proteus foi baleado quase que mortalmente por policiais militares. O episódio – bastante rotineiro nas periferias do Brasil, diga-se – se configura como um eloquente alerta para futuras manifestações.

Mas nem a violência policial nem o discurso da desqualificação devem nos impedir de desfrutarmos do direito constitucional de protestar, sobretudo contra uma Copa imersa em podridão como a que se avizinha.

Então, que em 2014 façamos das ruas e avenidas das cidades a verdadeira arquibancada do país!

http://www.cartacapital.com.br/sociedade/

Definidos os jogos das semifinais da Copa do Mundo 2014

05/07/2014

A "Copa das Copas" está chegando ao fim. Nos dias 8 e 9 de julho, serão disputadas as semifinais do Mundial do Brasil, que conta com seleções tradicionalíssimas em busca do mais importante troféu do futebol mundial. Três das seleções que eram consideradas, antes do início da competição, favoritas, inclusive, seguem no páreo: Brasil, Alemanha e Argentina. Completa a lista a Holanda, que não pode ser considerada uma surpresa, já que disputou a final da última Copa, na África do Sul, contra a Espanha.

Os duelos Brasil x Alemanha e Argentina x Holanda serão especiais, já que ambas as partidas já decidiram Copas do Mundo. Em 1978, jogando em casa, os argentinos precisaram da prorrogação para bater a Holanda e vencer o torneio pela primeira vez. Brasileiros e alemães, por outro lado, decidiram o Mundial de 2002, vencido pelo Brasil.

Jogando em casa, o Brasil tem a pressão de vencer a Copa, mas seus adversários também não jogam totalmente descompromissados: a Alemanha não vence há 24 anos, a Argentina, há 28 e a Holanda tenta, enfim, ser campeã, depois de ser vice em três oportunidades.

Saiba mais sobre os duelos das semifinais:

Brasil x Alemanha (Belo Horizonte, 8 de julho, às 17h)

Brasil e Alemanha são as equipes mais tradicionais da Copa do Mundo: são as equipes com mais jogos disputados, mais vitórias, mais finais e mais semifinais. Só não são, também, a dupla com mais títulos, porque a Itália tem quatro, um a mais que os alemães - o Brasil, sabemos, é pentacampeão. Apesar disso, brasileiros e alemães só disputaram uma partida em Copas, na final de 2002, vencida pela Seleção. Nesta Copa, as equipes chegaram como as maiores favoritas, ao lado da Espanha, já eliminada e da Argentina, que segue na briga. Mesmo sem Neymar, fora da competição, o Brasil quer voltar a fazer valer o "fator casa" e despachar os rivais. Não será fácil, já que a Alemanha conta com uma jovem - e excelente - geração e quer ser campeã depois de 24 a anos.

Argentina x Holanda (São Paulo, 9 de julho, às 17h)

Argentinos e holandeses já decidiram uma Copa do Mundo, em 1978, quando os donos da casa sul-americanos levantaram o caneco, e protagonizaram outras grandes partidas na competição, como quando a Holanda despachou os "hermanos" nas quartas de final da Copa de 1998. Nesta Copa, vêm embalados por boas campanhas e comandados por craques que podem decidir o jogo em um lampejo de genialidade - Messi e Robben, respectivamente. Os holandeses vinham com uma campanha perfeita até enfrentarem a Costa Rica, tendo que vencer o jogo somente nos pênaltis. Os argentinos, por outro lado, venceram todas suas partidas no Mundial - são os únicos -, embora que em nenhuma delas tenham mostrado um futebol convincente. Duelo equilibrado na Arena Corinthians.

Meio ambiente

Chico Bento eleito para embaixador do Pantanal

Da redação
15 de Abril de 2014 | 16h15

Por amar a natureza, o personagem foi escolhido para envolver o maior número de pessoas, entre adultos e crianças, e transmitir a importância da preservação da água.

A recuperação das nascentes do Pantanal é uma das estratégias do Programa Água para a Vida (uma parceria com o banco HSBC) e do Programa Cerrado Pantanal do WWF-Brasil. O bioma é considerado uma das 35 regiões globais prioritárias para a conservação da natureza pela Rede WWF por ser a maior planície alagável do mundo e reunir uma enorme biodiversidade de fauna e flora. O Pantanal depende das suas nascentes para manter o seu rico ecossistema e preservá-las é essencial.

“Queremos que o Pantanal siga encantando várias gerações, assim como os desenhos do Mauricio de Sousa. Por isso, acreditamos que o Chico Bento ajudará o WWF com a influência que exerce sobre as pessoas, transmitindo noções de sustentabilidade e preservação ambiental”, explica CiçaWey de Brito, CEO do WWF-Brasil.

Já para Mauricio de Sousa Produções, fazer uma parceria com uma ONG de renome internacional com um extenso histórico de preservação da natureza é motivo de orgulho, ainda mais por ser uma causa nobre como a conservação das nascentes do Pantanal. “A intenção é que novas ações sejam desenvolvidas a partir dessa importante parceria para a conscientização de toda a população”, comenta Mauricio de Sousa.

Falta de água: com alto consumo, problema afeta a geração de energia

Carolina Cunha
18/03/2014 – 17h58

Basta uma redução na quantidade de chuvas que as notícias logo chegam: vai faltar água na sua cidade. Em março, após uma longa estiagem no verão, o nível do reservatório do Sistema Cantareira, que abastece a Região Metropolitana de São Paulo, chegou a 15%, o mais baixo patamar desde que o sistema foi construído, em 1974. O normal para essa época seria de 60%.

Direto ao ponto:

Para compensar a perda do volume de água fornecido pela empresa Sabesp, municípios abastecidos pelo sistema adotaram medidas de diminuição do consumo. No futuro, a situação pode piorar. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, a demanda por água será 27% maior em 2035.

Além do uso doméstico (em Nova York, um cidadão chega a gastar 2.000 litros de água potável por dia) e público, os recursos hídricos são utilizados na agricultura, pecuária, indústria (para fabricar 1 kg de aço são necessários 600 litros de água) e na geração de energia nas usinas hidrelétricas.

A geração de energia hidrelétrica, nuclear e térmica precisa de água. No Brasil, as usinas hidrelétricas são responsáveis por mais de dois terços da energia gerada no país. Assim, a falta de chuvas e a escassez de água afetam o fornecimento de luz, gerando apagões, racionamento entre outras medidas. Uma recente decisão do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) foi aumentar a capacidade de geração das termoelétricas, que custam mais caro. Esse custo adicional será repassado ao consumidor brasileiro na hora de pagar a conta de luz.

Com o crescimento da população, o inchaço desordenado das cidades e o desenvolvimento econômico que aumenta a demanda por recursos hídricos, a água de qualidade é cada vez mais escassa.

Escassez de água

A necessidade de um consumo consciente e a escassez da água levou a ONU(Organização das Nações Unidos) a criar em 2004 o Dia Mundial da Água, em 22 de março.

A água é um elemento fundamental a todo ser vivo. Mas o acesso à água potável sempre foi um problema para as populações do mundo. A Terra é composta de 70% de água, a maior parte localizada nos oceanos. Desse percentual, cerca de 3% é formado por água doce. E grande parte dela se encontra congelada nas calotas polares ou embaixo da superfície do solo.

A possibilidade da escassez de água futura alerta o Brasil para a necessidade de reduzir sua dependência das grandes hidrelétricas. Um relatório recente produzido pela Coppe/UFRJ, área de engenharia da universidade, e financiado pelo Banco Mundial, aponta para a possibilidade das hidrelétricas em construção Santo Antonio, Jirau e Belo Monte não gerarem a energia esperada

Dados da ONU de 2006 estimam que até 2050 mais de 45% da população mundial não terá acesso à água potável. Segundo a previsão dos organismos internacionais, quase todos os três milhões de habitantes que devem ser adicionados à população mundial até 2050 nascerão em países que já sofrem com a escassez desse recurso. As áreas mais atingidas serão a África, a Ásia Central e o Oriente Médio. Num futuro não muito distante, o cenário

desenhado é de países brigando mais por água e menos por petróleo.

Vários problemas afetam a qualidade da água e agravam o seu desperdício. No campo, as técnicas inadequadas de irrigação e o uso abusivo de produtos químicos afetam o meio ambiente. O problema se agrava com o desmatamento e remoção de áreas de vegetação e matas ciliares que protegem os rios. Nas cidades, o lançamento de lixo e esgoto sem tratamento podem poluir os mananciais que abastecem a região. Sem contar ações cotidianas, como fechar a torneira enquanto escovar os dentes, economizar o tempo no banho, ensaboar a louça com a torneira fechada, entre outras.

Brasil, uma potência hídrica

Segundo a ANA (Agência Nacional das Águas), o Brasil é considerado a maior potência hídrica do planeta – dados estimam que o país detenha aproximadamente 12% da água doce do mundo.

O maior potencial hídrico do Brasil é a Amazônia. No entanto, o uso da água para gerar energia a partir de uma hidrelétrica implica inundar grandes áreas, o que é visto como um problema socioambiental.

A riqueza de volume de água é garantida pelas chuvas tropicais e por três grandes bacias: Amazônica, São Francisco e Paraná. Além disso, o Brasil possui a maior reserva de água doce subterrânea do mundo, o aquífero Guarani, que abrange parte dos territórios da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai e cruza a fronteira de oito Estados brasileiros (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e já abastece cidades próximas.

O aquífero é uma formação geológica rochosa capaz de armazenar e ceder água subterrânea, abastecendo poços artesanais e fontes de água doce. Para especialistas, os aquíferos poderiam ser uma alternativa para atender necessidades futuras de consumo de água. No entanto, essa não é uma solução simples.

O problema é que em quase todos os continentes, importantes aquíferos estão sendo esgotados de forma mais rápida que o tempo de recarga, como é o caso da Índia, China, Estados Unidos, norte da África e Oriente Médio, causando um déficit hídrico mundial de cerca de 200 bilhões de metros cúbicos por ano.

Além do risco de contaminação, cidades que estão sob estas águas subterrâneas podem afundar com o uso indiscriminado, com aconteceu na Cidade do México (México) e na Califórnia (EUA). Ou seja, são exemplos do desperdício da água e de uma possível solução para um dos principais desafios mundiais do século 21.

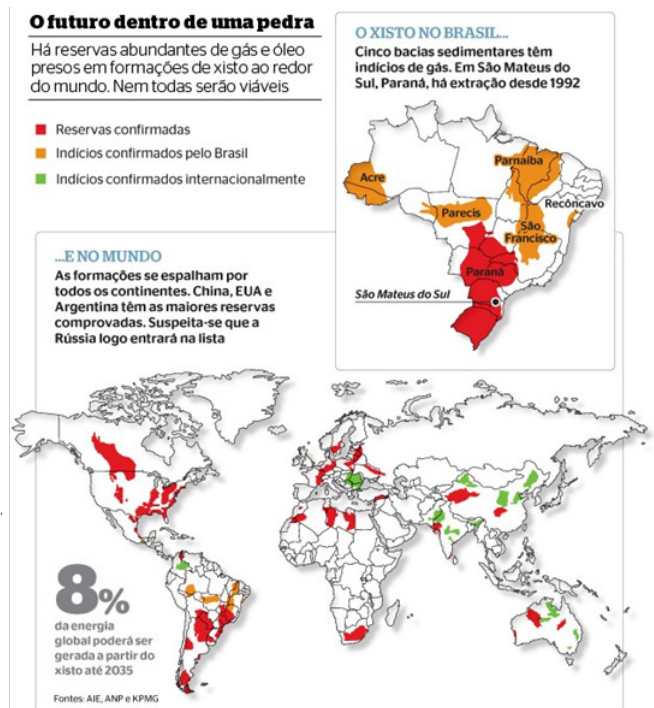
Direto ao ponto

Basta uma redução na quantidade de chuvas que as notícias logo chegam: vai faltar água na sua cidade. Nas médias e grandes cidades brasileiras, a falta de água já faz parte do dia a dia. Em março, após uma longa estiagem no verão, o nível do reservatório do Sistema Cantareira, que abastece a Região Metropolitana de São Paulo, chegou a 16%, o mais baixo patamar desde que o sistema foi construído, em 1974. O normal para essa época seria de 60%.

A água é um elemento fundamental a todo ser vivo. Mas o acesso à água potável sempre foi um problema para as populações do mundo. A Terra é composta de 70% de água, a maior parte localizada nos oceanos. Desse percentual, cerca de 3% é formado por água doce. E grande parte dela se encontra congelada nas calotas polares ou embaixo da superfície do solo.

Com o crescimento da população, o inchaço desordenado das cidades e o desenvolvimento econômico que aumenta a demanda por recursos hídricos, a água de qualidade é cada vez mais escassa e passa a comprometer o fornecimento de energia do país, ainda dependente da energia gerada pelas grandes hidrelétricas.

Energia: Exploração de gás e petróleo de xisto deve mudar cenário global

Carolina Cunha 21/01/2014 12h06

O xisto betuminoso é uma rocha sedimentar e porosa, rica em material orgânico. Em suas camadas, é possível encontrar gás natural semelhante ao derivado do petróleo, que pode ser destinado para o uso como combustível de carros, geração de eletricidade, aquecimento de casas e para a atividade industrial. Por se encontrar comprimido, o processo de extração do gás é complexo e requer alta tecnologia para a perfuração de zonas profundas, geralmente a mais de mil metros de profundidade. Mas nos últimos anos, os Estados Unidos, o maior consumidor de energia do mundo, têm investido na melhoria da tecnologia de extração, o que promete provocar uma revolução na matriz energética do país – e no mundo.

O movimento dos EUA em busca de outra fonte de energia no futuro caminha na direção de estudos que apontam uma queda aguda na produção mundial projetada de petróleo e um aumento na dependência das fontes de combustíveis considerados fósseis não convencionais (areias oleosas, petróleo de águas ultra-profundas, óleo de xisto) e não convencionais renováveis, como os bicombustíveis.

Direto ao ponto: Ficha-resumo

Em 2000, a produção norte-americana de gás de xisto era praticamente zero. Desde 2006 as empresas começaram a usar a técnica da fratura hídrica, ou fracking, que consiste na injeção de toneladas de água, sob altíssima pressão, misturada com areia e produtos químicos, com o objetivo de quebrar a rocha e liberar o gás nela aprisionado. Com a nova tecnologia e investimentos, o gás hoje representa 16% da demanda de gás natural. Somente em 2008, os EUA ampliou a oferta em 50% e está investindo em novos poços e na produção em larga escala. Em 2035, o país pode tornar-se autossuficiente com ajuda do xisto.

A reserva americana de gás de xisto foi estimada em 2,7 trilhões de metros cúbicos pela agência de Informação Energética dos EUA. Essa quantidade é suficiente para abastecer o mercado por mais de 100 anos. Os EUA também pretendem aumentar a produção de petróleo no fundo do mar. Isso graças ao avanço na técnica de extração a partir do xisto betuminoso, o chamado "shaleoil" – hoje, a Rússia é o país que mais possui reserva desse xisto, com 75 bilhões e barris.

A extração também deve mudar o cenário global de energia. Há mais de 50 anos, o maior fornecedor de recursos petrolíferos do mundo é o Oriente Médio, fato que determinou em grande parte as relações políticas entre os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e outros países árabes com alta produção de petróleo com os EUA e Europa.

Essa nova realidade está barateando o preço dos combustíveis nos EUA e já causa impacto nos mercados econômicos. A produção norte-americana de petróleo de xisto fará com que o Brasil reduza em 60% as exportações da Petrobras para o país em dois anos. Em 2013, a empresa vendeu mais para a China do que para os EUA, que durante anos foi seu maior comprador.

Riscos ambientais são altos

O xisto é considerado o combustível fóssil que menos emite dióxido de carbono. Mas, assim como o petróleo, a exploração do xisto também oferece riscos ambientais e seus problemas ainda não são totalmente conhecidos. Embora pareça ser o caminho da autossuficiência energética para os EUA, por exemplo, sua técnica de extração está proibida em países como França, Bulgária e Irlanda.

A técnica de extração por fratura hídrica utiliza uma grande quantidade de água e gera resíduos poluentes. A atividade envolve uma fórmula contendo mais de 600 componentes químicos e emite gás metano (um dos causadores do efeito estufa e aquecimento global). Um dos riscos mais graves é a contaminação do solo e da água subterrânea.

Neste processo, pode ocorrer vazamento e as toneladas de água utilizadas podem retornar para a superfície contaminadas por metais e compostos químicos usados para facilitar a extração. A ingestão de metano diluído em água, por exemplo, pode causar sérios problemas de saúde.

Outros riscos são a possibilidade de abalos sísmicos, explosões e incêndios. A controvérsia ambiental levou diversos países a proibir por lei o uso do método, como a França, Bulgária, Irlanda, Irlanda do Norte e alguns estados norte-americanos.

Brasil avança na exploração de xisto

No país, a técnica mais comum de extração de combustíveis fósseis é a perfuração de poços tradicionais em terra ou em alto-mar. A grande aposta brasileira para aumentar a oferta da matriz energética é a exploração da camada de pré-sal no litoral, o que promete levar o país a autossuficiência de petróleo e gás.

No Brasil, a exploração do gás xisto já existe em pequena escala, pela técnica de fraturação. O país detém grandes reservas da camada de rocha e, segundo a agência de Informação Energética dos EUA, temos a 10ª maior reserva de gás xisto do mundo, com 6,9 trilhões de metros cúbicos, atrás da China, que tem as maiores jazidas globais, Argentina, Argélia, Estados Unidos, Canadá, México, Austrália, África do Sul e Rússia. Já a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estima que o país tenha 14,6 trilhões de metros cúbicos de reserva de "shaleoil".

Em novembro de 2013, a ANP leiloou blocos destinados ao mapeamento e extração em 12 Estados (Amazonas, Acre, Tocantins, Alagoas, Sergipe, Piauí, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Maranhão, Paraná e São Paulo). A arrecadação total foi de R$ 165 milhões, e as atividades de exploração devem começar em 2014. O Governo Federal está avaliando o impacto ambiental da tecnologia de fraturação.

Uma das reservas brasileiras de maior potencial situa-se no Paraná, próxima ao Aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios subterrâneos de água potável do mundo. Enquanto a exploração de xisto no Brasil ainda está no começo, no curto prazo, especialistas no setor avaliam que a exploração do pré-sal poderia ser afetada pela queda de preços produzida pelo gás.

Direto ao ponto

O xisto betuminoso é uma rocha sedimentar e porosa, rica em material orgânico. Em suas camadas, é possível encontrar gás natural semelhante ao derivado do petróleo, que pode ser destinado para o uso como combustível de carros, geração de eletricidade, aquecimento de casas e para a atividade industrial. O investimento dos EUA nesse tipo de energia promete provocar uma mudança no cenário, com o país caminhando para uma autossuficiência energética em 2035, reduzindo a dependência de países exportadores.

Com relação ao impacto ambiental, o xisto é considerado o combustível fóssil que menos emite dióxido de carbono. No entanto, assim como o petróleo, a exploração do xisto também oferece riscos ambientais e seus problemas ainda não são totalmente conhecidos. Isso faz com que alguns países proíbam a exploração do gás e gera receio por parte de ambientalistas onde a exploração já está em andamento.

No Brasil, a exploração do gás xisto já existe em pequena escala pela técnica de fraturação. O país detém grandes reservas da camada de rocha e, segundo a agência de Informação Energética dos EUA, temos a 10ª maior reserva de gás xisto do mundo, com 6,9 trilhões de metros cúbicos. Já a estimativa Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o país possui 14,6 trilhões de metros cúbicos de reserva de "shaleoil".

Mas a exploração é pequena, já que a aposta brasileira para aumentar a oferta da matriz energética é a exploração da camada de pré-sal no litoral, o que promete levar o país a autossuficiência de petróleo e gás.

Nível de água do Sistema Cantareira chega a 10%

05/05/2014

São Paulo – O nível dos reservatórios do Sistema Cantareira voltou a cair, passando de 10,1% , ontem (4), para 10% hoje (5), patamar mais baixo da história. De acordo com a medição diária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), em igual data do ano passado, o volume de chuvas estava em 62,3 milímetros (mm) por mês. Nos cinco primeiros dias de maio de 2013, o índice pluviométrico tinha acumulado 0,1 mm e no mesmo período deste ano, nenhuma gota foi registrada.

Por este sistema é feita a distribuição de água para cerca de 9 milhões de pessoas na região metropolitana de São Paulo. A mesma fonte de captação alimenta as bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, no interior do estado.

Por determinação da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, a retirada de água do Sistema Cantareira foi reduzida de 24,8 metros cúbicos por segundo (m^3/s) para 22,4 m^3/s. Uma nova avaliação deverá ser feita no próximo dia 15.

Desde o dia 17 de março, a Sabesp vem tocando obras para viabilizar a retirada de água da reserva estratégica, que fica em uma área mais profunda do que a da atual captação, nas represas Atibainha, em Nazaré Paulista, e Jaguari/Jacareí, em Bragança Paulista. Pelo cronograma, este aproveitamento deve começar em julho, elevando a oferta em torno de 200 bilhões de litros, volume suficiente para garantir o abastecimento por quatro meses.

Saúde

Brasil atinge metas da ONU de combate à tuberculose, mas interrompe avanços

24/10/2013

O Brasil atingiu as metas do milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) no combate à tuberculose. Mesmo assim, é o 15º país com o maior número de casos do mundo, e os progressos parecem estacionados desde 2005. De acordo com informações divulgadas nesta quarta-feira pela Organização Mundial da Saúde (OMS), houve inclusive um aumento no número de casos nos últimos anos. A tuberculose é causada pela bactéria Mycobacterium tuberculosis, que normalmente afeta os pulmões e pode atingir o cérebro e os rins. Segundo a OMS, trata-se da segunda doença infecciosa que mais provoca mortes no planeta, ficando atrás somente da aids. O novo relatório anual sobre a tuberculose mostrou que a incidência mundial diminuiu pelo terceiro ano consecutivo – de 8,7 milhões de casos em 2011 para 8,6 milhões em 2012. No Brasil, a entidade estima que as mortes causadas pela moléstia caíram de aproximadamente 10.000 para 4 900, de 1990 para 2012. No mesmo período, a taxa de mortalidade diminuiu de 7% para 2,5% para cada 100.000 brasileiros, uma das maiores quedas entre os 22 países com alta incidência da doença. O índice de contágio também se reduziu – de 210.000 casos em 1990 para 120.000 em 2012.

Relações internacionais

Rússia quer Brasil no lugar dos EUA na venda de frango

08/08/2014

Durante encontro entre representantes dos dois países, o governo russo também informou que planeja comprar frutas e legumes brasileiros

Frango: Ministério da Agricultura deve começar levantamento sobre capacidade de fornecimento

Brasília - O governo russo disse nesta sexta-feira, desejar que o Brasil ocupe o lugar dos Estados Unidos como fornecedor de frango ao país, em um volume que chega a 200 mil toneladas ao ano, informou uma fonte do governo brasileiro.

A Rússia já havia anunciado que pretende aumentar a importação de carnes brasileiras - além do frango, suínos e bovinos - a partir de setembro. Durante encontro entre representantes dos dois países, o governo russo também informou que planeja comprar frutas e legumes brasileiros, a depender da disponibilidade dos produtores nacionais.

Ainda não se falou em números, mas o Ministério da Agricultura deve começar um levantamento sobre a capacidade de fornecimento.

Também foi acertada a participação de uma missão brasileira à World Food 2014, feira internacional de alimentos que é realizada em Moscou entre 15 e 18 de setembro.

A intenção é apresentar produtos nacionais que possam ocupar o espaço deixado pelo boicote russo às importações dos Estados Unidos, da União Europeia e da Austrália.

A Rússia decidiu bloquear a importação de carnes, frutas, legumes, leites e derivados e nozes como resposta às sanções econômicas impostas por norte-americanos, europeus e australianos pela ação russa na Ucrânia. O bloqueio entrou em vigor este mês e vale por um ano, ou até que as sanções sejam revistas.

O Brasil já é um dos principais fornecedores de carne da Rússia e deve aumentar sua participação com a ampliação da concessão de certificados sanitários a frigoríficos nacionais, definida esta semana pelo governo russo.

Justiça dos EUA rejeita liminar pedida pela Argentina para evitar moratória

Governo de Cristina Kirchner diz que é inviável chegar a acordo para pagamento de dívida de US$ 1,3 bilhão até o dia 30. Juiz diz que partes devem acelerar negociação

22/07/2014

São Paulo – A Justiça de Nova York rejeitou hoje (22) o pedido da Argentina por uma medida cautelar que suspenda o pagamento de US$ 1,33 bilhão a titulares dos chamados fundos-abutre. O governo de Cristina Fernández de Kirchner considera inviável se chegar a um acordo até o próximo dia 30, quando o país entrará em moratória técnica por não conseguir dar conta do pagamento dos custos decorrentes desta ação.

Na avaliação da Casa Rosada, uma nova moratória será inevitável caso não se postergue a data-limite para o diálogo. "É o pior que pode acontecer", afirmou o juiz Thomas Griesa, que disse ainda que a Argentina deve reconhecer os direitos dos fundos de investimento responsáveis pela ação.

Griesa deu razão aos investidores que moveram ação em Nova York para que a Argentina pague o que consideram justo por títulos relativos à dívida do país. A maior parte dos detentores desses títulos, 92,4%, aceitou as condições negociadas pela nação sul-americana entre 2005 e 2010, fruto da moratória declarada após a crise econômica e social que eclodiu entre 2001 e 2002.

A política de privatizações da década de 1990, comandada por Carlos Menem, havia levado o país à quebra, e em 2001 o presidente Adolfo Rodríguez Saá decretou o default de uma dívida de US$ 81,2 bilhões, operação chamada pela mídia tradicional de "calote".

Quando assumiu o governo, Kirchner deu início a uma negociação cuja primeira fase foi encerrada em 2005, quando 65,6% dos donos dos títulos vinculados aos fundos-abutre aceitaram uma renegociação que incluía a troca por títulos de mesmo valor, extensão dos prazos de pagamento e redução da taxa de juros. Adiante, em 2010, o governo abriu novo período de negociação, e conseguiu chegar a uma adesão total de 92,4%.

A questão é que a decisão judicial norte-americana dá direito aos investidores que haviam aceito acordo anteriormente de receber a diferença nas mesmas condições garantidas aos fundos que agora obtiveram vitória. O prazo para esses abonos vence em 30 de julho. Se não puder cumprir com essas obrigações, a Argentina entraria em moratória técnica.

A audiência de hoje estava convocada para uma série de "esclarecimentos" feitos por bancos encarregados dos pagamentos da dívida da Argentina a fim de que o juiz definisse que fazer com o dinheiro que receberam e que ainda não entregaram aos credores.

O mediador designado por Griesa, Daniel Pollack, convocou as partes a comparecerem amanhã a fim de retomar as negociações que ficaram pendentes desde o dia 11 de julho.

BNDES prevê liberar US$ 7 bi para Comércio Exterior

"São grandes contratos de vendas de aeronaves da Embraer nos Estados Unidos e projetos de infraestrutura no exterior", afirmou superintendente

BNDES: financiamentos na modalidade pós-embarque são voltados para grandes empresas exportadoras de manufaturados ou serviço.

Rio de Janeiro - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá liberar em torno de US$ 7 bilhões para operações de comércio exterior neste ano, montante semelhante ao desembolsado em 2013, mas a expectativa é por uma redução da parcela destinada a projetos de longo prazo na modalidade pós-embarque, como empreendimentos de infraestrutura e vendas de aviões.

Segundo a superintendente da Área de Comércio Exterior do banco de fomento, Luciene Machado, as operações na modalidade pós-embarque deverão ficar com 60% dos recursos neste ano.

O restante vai para a modalidade pré-embarque, com prazos mais curtos e repasse indireto. Ano passado, o pré-embarque respondeu por 60% dos desembolsos para comércio exterior.

A venda de aviões e os projetos de infraestrutura puxarão o crédito pós-embarque. "São grandes contratos de vendas de aeronaves da Embraer nos Estados Unidos e projetos de infraestrutura no exterior", afirmou Luciene, após participar de um painel no Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), promovido no Rio pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

A executiva ressaltou que, como os financiamentos na modalidade pós-embarque são em geral voltados para grandes empresas exportadoras de manufaturados ou serviços, com clientes cativos no exterior, os desembolsos para esse fim em geral não oscilam muito no curto prazo.

Já as operações de pré-embarque podem eventualmente ter aumento de demanda no caso de crises nos mercados financeiros internacionais, que podem atrapalhar a liquidez do crédito internacional, como ocorreu em 2008 e 2009. Por enquanto, as opções de crédito para o adiantamento de contratos de câmbio (ACC) têm sido vantajosas para as empresas, segundo Luciene.

Para a superintendente do BNDES, a crise na Argentina não tem causado problemas para o banco de fomento. Como a modalidade pré-embarque é indireta, o risco das operações fica com o banco repassador.

No médio prazo, a superintendente do BNDES não vê problemas por causa da normalização da política monetária do Federal Reserve, que tende a atrair fluxos de capital para os Estados Unidos. Sua impressão é baseada nos contatos com os bancos repassadores dalinha do banco de fomento.

EXAME.com.

O novo abolicionismo: bilionário australiano quer acabar com a escravidão no mundo

03/11/2013

O magnata da mineração Andrew Forrest quer riscar a exploração do trabalho forçado ou degradante dos cantos mais escuros do planeta. O primeiro fruto de sua iniciativa é um indicador inédito de prevalência de escravidão para 162 países. É uma boa causa – e um bom verniz para a imagem do filantropo

Daniel Jelin

O magnata da mineração Andrew Forrest: 300 milhões de dólares em filantropia (Mark Nolan/GettyImages/VEJA)

O australiano Andrew Forrest, de 51 anos, é um filantropo compulsivo. Tendo feito fortuna com mineração nos primeiros anos do século XXI, prometeu torrar a maior parte dela com as mais variadas causas: aborígenes, crianças desamparadas, vítimas de desastres naturais, sem-teto, desempregados, jovens vulneráveis, um museu e as cinco universidades do seu Estado (Austrália Ocidental), o Exército da Salvação etc. Nas contas do jornalista Andrew Burrell, ele já gastou mais de 300 milhões de dólares. Há muito mais para queimar: seu atual patrimônio é 5,7 bilhões, o que faz dele o 4º mais rico da Austrália e 211º do mundo, segundo o ranking da revista Forbes.

Em *Twiggy*: *The High-Stakes Life of Andrew Forrest* (“Twiggy: A vida de altas apostas de Andrew Forrest”, ao pé da letra), lançado nesta semana, Burrell sonda as razões que levaram Twiggy, como o empresário foi apelidado, a se lançar na empreitada de salvar o mundo: a devoção religiosa, o desejo de reconhecimento, “culpa de bilionário”, descontos no imposto de renda, reconstrução da imagem, ensaio para entrar na política e até a intenção de livrar os filhos do “fardo” de uma herança colossal. Pode ser tudo isso. Twiggy não deu satisfação a Burrell.

De causa em causa, Forrest acabou mirando o combate ao trabalho escravo. O australiano quer riscar a servidão do planeta. Em 2012, ele criou a ONG WalkFree, injetou nela 8 milhões de dólares, mais doze milhões em 2013, e aliou-se ao mais famoso dos neoabolicionistas, o americano Kevin Bales. Misto de cientista social e ativista, Bales viaja o mundo estudando as variantes do trabalho escravo — ou práticas análogas — e tomando parte nos esforços para libertar suas vítimas. Bales sabe lidar com números e ajudou a compor o primeiro indicador global da escravidão, uma louvável tentativa de fixar parâmetros para acompanhar avanços e retrocessos no combate a ela. “Não é possível resolver um problema que você não consegue medir”, diz o pesquisador.

O primeiro fruto da WalkFree, lançado em outubro, é um mapeamento da exploração da mão-de-obra em 162 países do mundo. Sem surpresa, o relatório atesta a correlação entre servidão e uma série de indicadores, como pobreza, desenvolvimento humano (IDH) e corrupção. O dado assombroso: nenhum país do mundo está livre da vergonha. Os dez casos mais graves: Mauritânia, Haiti, Paquistão, Índia, Nepal, Moldávia, Benin, Costa do Marfim, Gâmbia e Gabão. Os dez menos: Dinamarca, Finlândia, Luxemburgo, Noruega, Suécia, Suíça, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, Irlanda e, o país mais seguro, Islândia. Total no mundo: 29,8 milhões de escravos (2,8 milhões a mais que a estimativa preliminar de Bales), o equivalente à soma das seis cidades mais populosas do Brasil. Ou uma em cada 239 pessoas no planeta.

O relatório cuida do que se convencionou chamar trabalho escravo contemporâneo, ou moderno, que pode ser tão ou mais cruel que sua versão histórica, mas dela difere radicalmente quanto ao recrutamento. Em geral, suas vítimas entregam-se voluntariamente ao serviço, ludibriadas por uma pergunta singela e tentadora: “Quer o emprego?”.

O mapa da escravidão

A ONG australiana WalkFree publica pela primeira vez seu Índice Global de Escravidão, que reúne dados de 162 países

O caso brasileiro – O Brasil aparece na 94ª posição desse ranking da vergonha, com algo entre 200 000 e 220 000 vítimas. Medições anteriores variaram de 25 000 a 400 000. Nenhuma delas é endossada pelo governo —

ou por acadêmicos brasileiros. O Ministério do Trabalho contabiliza 44.415 trabalhadores resgatados desde 1995, 2.750 no ano passado, com o Pará à frente. A lista negra de empregadores, atualizada em outubro, conta com 490 nomes, a maioria em áreas rurais. Há cerca de 1.000 ações ajuizadas na Justiça Federal, tendo por base os quatro elementos que caracterizam "condições análogas à de escravo", segundo artigo do Código Penal, cuja redação completa dez anos em 2013: trabalho forçado, condições degradantes, jornada exaustiva e servidão por dívida. Segundo o coordenador nacional de erradicação do trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho, Jonas Ratier Moreno, os casos mais comuns são de trabalho degradante, especialmente nas áreas rurais.

O relatório da WalkFree elogia o combate à escravidão no Brasil, assim como a própria ONU, por meio de sua relatora sobre o assunto, a advogada armênia GulnaraShahinian. É uma política que começou no governo Fernando Henrique, ganhou importantes marcos legais nos anos Lula e pode ganhar mais um no de Dilma Rousseff. Trata-se da chamada PEC do trabalho escravo, que estende às propriedades onde ele é explorado a mesma punição prevista na Carta de 1988 para os donos de terras destinadas à cultura de drogas: expropriação. Essencialmente, é uma sanção a mais para um delito já punido na esfera penal com 2 a 8 anos de prisão, além de multa. A emenda foi proposta originalmente em 1999, mas logo empacou entre duas paranoias: a de ruralistas, temerosos de que o mero descumprimento de uma norma trabalhista se prestasse a confiscos sumários, e a da extrema esquerda, ansiosa por converter a emenda em instrumento de pressão contra a propriedade privada e o agronegócio.

Exercícios

1) Estado governado por Antonio Anastasia (até 04/2014)

a) Bahia
b) Minas Gerais
c) Santa Cataria
d) Rio de Janeiro
e) n.d.a.

2) No primeiro mandato de Lula, José Dirceu, Antonio Palocci e Luiz\ Furlan eram ministros respectivamente

a) Da Fazenda, da Casa Civil, do Desenvolvimento
b) Da Casa Civil, do Desenvolvimento, da Fazenda
c) Do Desenvolvimento, da Casa Civil, da Fazenda
d) Da Casa Civil, da Fazenda, do Desenvolvimento
e) N.d.a.

3) O Cebrid é uma sigla referente Á:

a) Saúde
b) política
c) economia
d) educação
e) n.d.a.

4) Países que estão com um quadro econômico dramático

a) Venezuela e Argentina
b) Venezuela e Uruguai
c) Uruguai e Argentina
d) Paraguai e Argentina
e) n.d.a.

5) Ex governador de PE e candidato à Presidência da República

a) Antonio Anastasia
b) Eudardo Campos
c) Luiz Furlan
d) Luiz Feipe DÁvila
e) n.d.a

6) Candidato à Presidência da República pelo PSDB

a) Antonio Anastasia
b) Eduardo Campos
c) Luiz Furlan
d) Aécio Neves
e) n.d.a.

7) O "mensalão tucano", ou "mensalão mineiro", relativo ao desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro ocorridos em 1998 durante a campanha para o Governo de Minas Gerais. O candidato era:

a) Antonio Anastasia
b) Aécio Neves
c) Eduardo Azeredo
d) Eduardo Campos
e) n.d.a.

8) Presidente não militar

a) Médici
b) Figueiredo
c) Costa e Silva
d) Geisel
e) n.d.a.

9) Presidente deposto em 31 de março de 1964

a) Jânio Quadros
b) João Goulart
c) Costa e Silva
d) Castelo Branco
e) n.d.a.

10) Hidrelétrica que não foi construída na época da ditadura militar

a) Itaipu
b) Tucurui
c) Balbina
d) Belo Monte
e) n.d.a

11) O Chamado de Milagre Econômico, esse período da ditadura militar brasileira foi caracterizado por um expressivo crescimento econômico do país, especialmente entre 1969 e 1973, no governo do presidente:

a) Médici
b) Figueiredo
c) Costa e Silva
d) Geisel
e) n.d.a.

12) O último presidente militar:

a) Médici
b) Figueiredo
c) Costa e Silva
d) Geisel
e) n.d.a.

13) Se numerarmos a 1ª coluna de acordo com a 2ª levando-se em consideração os pontos turísticos de nosso país a sequência correta será:

(1) São Paulo ( ) Passarela do álcool
(2) Minas Gerias ( ) museu arqueológico
(3) Porto Seguro ( ) igrejas
(4) Araraquara ( ) prédios históricos

a) 1,3,4,2
b) 3,4,2,1
c) 2,1,3,4
d) 4,3,2,1
e) n.d.a.

14) Mesmo sendo um país com diversidade cultural tão vasta, grande parte dos brasileiros não têm o costume de frequentar programas culturais. A televisão basta como entretenimento Sendo assim, o que mais se assiste na TV é:

a) Novela
b) filmes
c) telejornais
d) desenhos
e) n.d.a

15) A disciplina do uso da Internet no Brasil, de acordo com o Marco Civil da Internet tem os seguintes objetivos, exceto

a) promover o direito de acesso à Internet a todos;
b) promover o acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos;
c) – promover a inovação e fomentar a ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e
d) promover a adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados.
e) n.d.a

16) Aspectos econômicos positivos considerados por parcela significativa de analistas como sendo viável a realização de um evento esportivo de tamanha magnitude como a Copa do Mundo no Brasil.

a) Melhora na expectativa de desempenho econômico
b) Perda da produtividade da economia durante o evento, em função do excessivo número de feriados
c) Alto risco de uma má publicidade no caso de a organização da competição ser um fracasso
d) Risco de gerar "elefantes brancos"
e) N.d.a

17) A necessidade de um consumo consciente e a escassez da água levou a ONU(Organização das Nações Unidos) a criar em 2004 o Dia Mundial da Água. Este dia é comemorado em:

a) 22/09
b) 22/07
c) 22/05
d) 22/03
e) nda

18) Problema que afeta a qualidade de água no campo:

a) Técnica adequada de irrigação
b) reflorestamento
c) uso abusivo de produtos químicos
d) todas as alternativas
e) n.d.a.

19) A riqueza de volume de água é garantida pelas chuvas tropicais e por três grandes bacias:

a) Amazônica, Urubupungá e Paraná
b) Amazônica, São Francisco e Paraná
c) Amazônica, São Francisco e Urubupungá
d) São Francisco, Paraná e Urubupungá
e) n.d.a

20) Estado brasileiro que não é atingido pelo aquífero Guarani

a) Goiás
b) São Paulo
c) Santa Catarina
d) Mato Grosso
e) n.d.a.

21) Estado brasileiro em que está confirmada a presença de xisto betuminoso

a) Acre
b) Pernambuco
c) Paraná
d) Bahia
e) n.d.a

22) Diretor do Meio Ambiente da Fiesp e Ciesp
a) José Nunes Filho
b) José Henrique Paim
c) EduardoSan Martim
d) Daniel Cara
e) n.d.a.

23) Nome da ONG que é beneficiada e que elegeu Chico Bento para embaixador do Pantanal
a) Mauricio de Sousa
b) WWF Brasil
c) Amigos do Pantanal
d) todas as alternativas
e) n.d.a

24) O significado de BNDES é:
a) Banco Nacional do Desenvolvimento
b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
c) Banco Nacional de Desenvolvimento da Economia Social
d) Banco Nacional do Espírito Santo
e) n.d.a.

25) A ONG australiana WalkFree publica pela primeira vez seu Índice Global de Escravidão, que reúne dados de 162 países; A posição do Brasil nesse ranking da vergonha é:
a) 97º b) 99º c) 103º
d) 160º e) n.d.a.

26) Eduardo Campos morre em acidente de avião no litoral paulista. Ele era Candidato à Presidência da República pelo partido
a) PSB
b) PMDB
c) PDS
d) PT
e) n.d.a.

27) Além de escritor e pedagogo, Rubem Alves era ...... , e foi considerado um dos intelectuais mais respeitados do Brasil, tendo sido uma das principais referências no pensamento sobre educação
a) filósofo
b) teólogo
c) psicanalista
d) Todas as alternativas
e) n.d.a.

28) o ENEM dá oportunidade para o aluno brasileiro ingressar na faculdade de:
a) Alemanha
b) Portugal
c) Espanha
d) todas as alternativas
e) n.d.a.

29) Tempo de existência do Plano Real:
a) 18 anos
b) 19 anos
c) 20 anos
d) 22 anos
e) n.d.a

30) Macrocampo obrigatório que faz parte do Programa Mais Educação
a) Acompanhamento pedagógico
b) esporte e lazer
c) promoção da saúde
d) todas as alternativas
e) n.d.a.

31) Candidato à Presidência da República pelo PSTU
a) Eduardo Jorge
b) José Maria
c) Rui Costa Pimenta
d) Levy Fidelix
e) n.d.a.

32) Jogador que marcou o gol da vitória da Alemanha na final da Copa do Mundo, no Maracanã
a) Götze
b) Hummels
c) Kroos
d) Schweinsteiger
e) n.d.a.

Gabarito

1 – B	17 – D
2 – D	18 – C
3 – A	19 – B
4 – A	20 – E
5 – B	21 – C
6 – D	22 – C
7 – C	23 – B
8 – E	24 – B
9 – B	25 – E
10 – D	26 – A
11 – A	27 – D
12 – B	28 – B
13 – B	29 – C
14 – A	30 – A
15 – E	31 – B
16 – A	32 – A